



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

LUCIANA CRISTINA DE SOUZA

**SEM TORNO, NEM FORNO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CATEGORIA IMATERIAL DO PATRIMÔNIO E O
CASO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS (1936-2013).**

CAMPINAS
2016

LUCIANA CRISTINA DE SOUZA

**SEM TORNO, NEM FORNO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
CATEGORIA IMATERIAL DO PATRIMÔNIO E O CASA DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS (1936-
2013)**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção do título de
Mestra em História, na Área História Cultural.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA
PELA ALUNA LUCIANA CRISTINA DE SOUZA, E
ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ALINE VIEIRA
DE CARVALHO.



CAMPINAS

2016

Agência (s) de fomento e nº (s) de processo (s): CNPq, 133888/2013-14

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Souza, Luciana Cristina de, 1984-
So89s Sem torno, nem forno: o processo de institucionalização da categoria imaterial do patrimônio e o caso das Panelas de Goiabeiras (1936-2013) / Luciana Cristina de Souza. – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

Orientador: Aline Vieira de Carvalho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional (Brasil). 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio imaterial. 4. Panelas de barro - Vitória (ES). I. Carvalho, Aline Vieira de, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Neither pottery wheel nor oven : an Analysis of the trajectory on the institutionalization of intangible heritage in Brazil and the example of registering the know-how of ceramic pot making (1936-2013)

Palavras-chave em inglês:

Cultural heritage

Intangible heritage

Ceramic pot - Vitoria (ES)

Área de concentração: História

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Aline Vieira de Carvalho [Orientador]

Silvana Barbosa Rubino

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

Data de defesa: 10-03-2016

Programa de Pós-Graduação: História



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação/ Tese de Mestrado/ Doutorado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em seção pública realizada em 10/03/2016, considerou a candidata Luciana Cristina de Souza, aprovada.

Prof. (a) Dr. (a): Aline Vieira de Carvalho

Prof. (a) Dr. (a) Silvana Barbosa Rubino

Prof. (a) Dr. (a) Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

A ata de Defesa, assinada por membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

*Para minha querida Janete,
eternamente presente nos meus pensamentos e no meu coração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientação, dedicação, compreensão e o respeito da Profa. Aline Carvalho por mim nesses anos de trabalhos, obrigada por ler meus textos durante sua licença-gestante, obrigada por me orientar mesmo com as pequenas ainda tão pequenas. Obrigada por ser o melhor exemplo de pessoa que eu tenho dentro e fora da academia. Sempre te falo isso, mas acredito que essa é a melhor hora para expressar a admiração que tenho por você e o orgulho de ter sido sua orientanda;

Agradeço também a Manu e a Maitê por ter dividido sua mamãe comigo inúmeras vezes;

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas pelas excelentes aulas que muito contribuiu para a minha formação como pesquisadora;

Agradeço ao Prof. Antonio Arantes pelo curso ministrado no segundo semestre de 2014 e que foi fundamental para os rumos dessa pesquisa;

Agradeço a 6ª superintendência do IPHAN no Espírito Santos, pelo compartilhamento dos documentos utilizados durante a pesquisa. Agradeço principalmente Antônio Carlos (Mosquito) pela acolhida durante os dias de pesquisas realizados no IPHAN-ES;

Agradeço aos mestres-artesãos de Goiabeiras pela acolhida durante a execução dos trabalhos de campo e por serem a fonte de inspiração dessa pesquisa;

Agradeço a minha família: Meu Pai Sebastião, meus irmãos Rafael e Ton, minha cunhada Franciele e meus pequenos que amo muito, Maria Alice e Davi. Amo muito todos vocês!

Agradeço a família que a vida surpreendentemente me concedeu. Obrigada José Rufino e Nair, em especial a Nair que facilitou muito minha vida durante as tardes sentada na frente do computador;

Agradeço ao Harry Potter, Dara, Yumi e o Aureliano, pelas doses diárias de alegria e muito amor;

Agradeço aos colegas de grupo de estudo, especialmente, a Patrícia, pela amizade e ombro amigo durante os momentos de desespero e também pela discussão dos textos que muito contribuiu para a escrita dessa dissertação;

Agradeço aos secretários do programa de Pós-graduação, Leandro, Camila e Daniel, pela atenção e paciência durante todo esse período;

Agradeço ao CNPq pelo financiamento dessa pesquisa;

Agradeço ao meu companheiro, amigo e esposo Rafael Rufino. Te agradeço por vários motivos: Por passar o melhor café do mundo o que muitas vezes me manteve firme na frente do computador, por acreditar em mim, por ler todos os meus textos e fazer sempre considerações pertinentes; por me aguentar quando eu estava estressada pela escrita do texto e, por fim, por ser o primeiro a acreditar que a Aline poderia me orientar. O amor que sinto por você é indescritível!

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.
Continuamente vemos novidades
Diferentes em tudo da esperança
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem (se algum houve) as saudades.
O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.
E afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto,
Que não se muda já como soía.*

Luís Vaz de Camões, in "Sonetos"

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado é compreender o processo de construção do conceito de patrimônio imaterial desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de um estudo de caso, *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* (Vitória-ES), que fora, em 2002, o primeiro patrimônio imaterial registrado no Brasil. O percurso, para tanto, direcionou-se para a compreensão do conceito de imaterialidade construído a partir das discussões que deram origem ao Decreto 3.551/2000 e ao Inventário Nacional de Referências Culturais (2000), assim como nas ações empreendidas fora do campo de atuação do IPHAN, como o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), e nos embates pela definição do conceito de patrimônio imaterial.

Palavras-chave: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Patrimônio cultural, patrimônio imaterial, painéis de barro.

ABSTRACT

The aim of this Masters' thesis is to understand the development process of the concept of Immaterial Heritage, shaped by the Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN – National Institute of Historic and Artistic Heritage). This was done through a case study, the *Ofício das Panelleiras de Goiabeiras* (Vitória-ES), that was the first Immaterial Heritage registered in Brazil, in 2002. The course followed in the research was directed by the aim to understand the discussions that resulted in the Edict 3.551/2000 and to the Inventário Nacional de Referências Culturais (2000 – Inventory of National Cultural References). It also comprises actions carried out by players other than IPHAN, such as the Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC – National Center of Cultural References), and the struggles for the definition of the concept of intangible heritage.

Keywords: National Institute of Historic and Artistic Heritage, Heritage, Intangible Heritage, Ceramic pot.

LISTA DE SIGLAS

APG Associação das Paneleiras de Goiabeiras

CDFB Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CESAN Companhia Espírito Santense de Saneamento

CNF Comissão Nacional do Folclore

CNFCP Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular

CNRC Centro Nacional de Referência Cultural

DC Departamento de Cultura do município de São Paulo

DID Departamento de Identificação e Documentação

FNpM Fundação Nacional pró-Memória

GTPI Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBECC Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura

INPI Instituto Nacional da Propriedade Intelectual

INRC Inventário Nacional de Referência Cultural

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCH Programa Cidades Históricas

PNPI Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1: Sem torno, nem forno.....	19
1.1: Um lugar chamado Goiabeiras Velha.....	21
1.2: A tradição costumeira de fazer panelas de barro preta.....	22
1.3: Panelas organizadas: A Associação das <i>Paneleiras de Goiabeiras</i>	23
1.4: O saber fazer panelas de barro preta.....	27
1.5: Etapas da fabricação.....	28
Capítulo 2: Embates pela definição do patrimônio: A construção ocidental do conceito de patrimônio.....	39
2.1: A trajetória preservacionista do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).....	44
2.2: O patrimônio a serviço da construção de uma identidade nacional.....	47
2.3: Aloísio Magalhães e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)	50
Capítulo 3: A construção do conceito de imaterialidade: um debate teórico.....	56
3.1: Patrimônios materiais e imateriais concebidos como partes de um todo.....	59
3.2: A construção institucional do processo de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil.....	63
3.3: Debates e ações empreendidos na década de 1990.....	65
Capítulo 4: O processo institucional da panela de barro.....	69
4.1: Discursos materializados em textos jurídicos: O Decreto 3.551/2000.....	74
4.2: A metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)	79
4.3: O discurso do Iphan sobre a fabricação da panela de barro preta.....	83
Considerações finais.....	93
Fontes.....	98
Referências Bibliográficas.....	98

INTRODUÇÃO

O texto de dissertação aqui apresentado pretende compreender o processo de construção do conceito de patrimônio desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de uma investigação sobre o primeiro registro do patrimônio imaterial brasileiro: *O Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, no ano de 2002. Dessa forma, a pesquisa realizará uma análise dos percursos institucionais que possibilitaram a consolidação da política de salvaguarda, sem, contudo, propor uma leitura maniqueísta que compara as categorias material e imaterial, como se a segunda fosse uma superação da primeira. Almeja-se, isso sim, encontrar a explicação dessa dicotomia na trajetória preservacionista do IPHAN.

Dito isso, cabe expor que a incorporação da categoria imaterial permitiu a desconstrução de uma prática consolidada desde 1937, dada à circunstância da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, por meio do Decreto-Lei nº 25 que também instituiu o tombamento como o principal método de proteção dos patrimônios materiais. Como o intuito da pesquisa baseia-se em apreender os percursos que permitiram mudanças na percepção e gestão do patrimônio brasileiro, em especial no que tange os debates sobre materialidade e imaterialidade, compete mencionar aqui a Constituição de 1988 que através do artigo 215¹, admitiu que todos os brasileiros eram produtores de cultura e garantiu a proteção das diversas manifestações culturais existentes no país. No mesmo momento, com o artigo 216², determinou que o patrimônio cultural era constituído pelas naturezas materiais e imateriais. Com esse artigo, dilatou-se a concepção legal de patrimônio para além dos bens de pedra e cal e com o anterior alargou o termo cultura, uma medida basilar para um país que, até então, valorizava apenas a cultura chamada “erudita”. Contudo, após a sinalização no texto constitucional, tem-se um período de doze anos para o Ministério da Cultura instituir no dia 04 de agosto de 2000 o Decreto nº 3551, que determinou o registro (para além das práticas de tombamento) como um instrumento de proteção voltado para os bens

¹ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (BRASIL, 1988).

² Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

imateriais.

Desenhou-se, após a determinação do texto constitucional, uma atuação dicotômica em termos jurídicos e de gerência do IPHAN em duas frentes: a primeira com prática já consolidada do tombamento dos bens materiais estabelecida desde a década de 1930 e, após setenta anos da inauguração do órgão, o registro foi adotado para salvaguardar os bens intangíveis. Cabe desse modo, refletir que a recente concepção patrimonial foi de encontro com à atuação que o IPHAN adotou nos decênios anteriores ao congregar os diversos segmentos sociais e culturais e possibilitar que as ações de salvaguarda valorizassem e protegessem as denominadas “culturas vivas”. A partir do exposto, esse estudo almeja compreender as trajetórias que levaram o IPHAN a mudar sua postura ao incorporar o conceito de imaterialidade na gestão dos bens nacionais, enfatizando, para isso, os percursos valorativos que resultaram no registro do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. Convém destacar que o Instituto preservacionista será analisado como um órgão inserido no contexto de transformações sociais, o que possibilitou um novo olhar e outra postura perante os sujeitos e suas culturas. O IPHAN, após a ampliação do conceito pelo Diploma de 1988, buscou construir mecanismos de proteção adequados a um patrimônio compreendido como dinâmico, vivo e em constante construção e transformação.

A primeira etapa da política de salvaguarda dos patrimônios imateriais configura-se no emprego da metodologia do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), de 2000, que consiste no levantamento de dados através da biografia dos grupos/ indivíduos provenientes de entrevistas. Importante lembrar, que O INRC considera os detentores do conhecimento como os protagonistas da manifestação em questão (FREIRE, 2005:11). Em seguida, caso a prática inventariada apresente potencial de salvaguarda, é inscrita em um dos quatro *Livros do Registro* (Saberes, Expressões, Celebrações e Lugares). É elaborado ainda um Dossiê com todas as informações relevantes para a divulgação desse patrimônio imaterial para a sociedade. E, por fim, cabe ao IPHAN providenciar a revalidação do bem registrado a cada dez anos, visto que, as manifestações culturais que envolvem essa categoria do patrimônio são normalmente praticadas no cotidiano das comunidades e correm o risco de não serem mais exercidas pelos grupos, ou ainda, são passíveis de modificações no decorrer do tempo. Diferentemente do bem material que ao ser tombado deve permanecer com todas as suas características intactas, os bens imateriais configuram-se pela capacidade de transformação, ressignificação e abandono pelos praticantes.

Como já exposto, nesse contexto de consolidação de uma nova categoria do patrimônio cultural é que se insere o estudo de caso da pesquisa aqui apresentada. *O ofício das*

Paneleiras de Goiabeiras foi a primeira prática cultural reconhecida pelo órgão brasileiro e baseia-se na atividade de fabricar artesanalmente painéis de barro preto por um grupo de mestres de ofício, moradores da cidade de Vitória (ES). É importante ressaltar que todas as etapas de salvaguarda explanadas foram utilizadas no processo de reconhecimento desse bem cultural imaterial: em 2001 o relatório com os resultados da metodologia do INRC foi concluído pelos técnicos da superintendência regional (ES); em 2002, o registro foi executado pelo IPHAN/MinC³; e, em 2006, o Dossiê foi concluído e disponibilizado para a sociedade, e por fim, o registro encontra-se em processo de revalidação. Para realizar o estudo das ações que viabilizaram o registro do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* serão analisados no corpo do texto dois documentos produzidos pelo IPHAN, o relatório do INRC e o Dossiê das Paneleiras de Goiabeiras. Sobre o processo valorativo no âmbito regional capixaba serão apresentados alguns documentos elaborados pela prefeitura de Vitória, pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e pela 6ª superintendência do IPHAN.

Refletir sobre o patrimônio imaterial brasileiro significa pensar nos trabalhos empreendidos por alguns estudiosos, sem a pretensão de torná-los heróis, cabe dar a eles a responsabilidade pelas transformações históricas pelo qual o tema passou nos últimos oitenta anos. Como por exemplo, a ideia de cultura e a valorização da cultura popular realizada pelo modernista e poeta Mário de Andrade (1893-1945) na década de 1930, em um período em que o conceito abrigava apenas o predicado erudito. Para os pensamentos andradianos, ambas, a popular e erudita, compunham a “arte patrimonial”, e tais ideias foram impressas no anteprojeto elaborado por ele no ano de 1936, mas, não foram utilizadas na legislação que fundou o SPHAN. Entretanto, Mário de Andrade foi reconhecido, em 2002, pelo Ministro da Cultura Francisco Weffort como o principal inspirador das políticas destinadas para a salvaguarda dos bens imateriais.

³ A Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. ____ do Anexo I ao Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003, **CERTIFICA** que foi Registrado, em 20 de dezembro de 2002, sob o nº 1, às fls. 1, do Livro de Registro dos Saberes, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, como BEM CULTURAL DO BRASIL, o OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS, que consiste na prática artesanal de fabricação de painéis de barro, atividade econômica tradicional, culturalmente enraizada na localidade de Goiabeiras, bairro de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo. Produto da cerâmica de origem indígena, reconhecida como legado cultural Tupiguarani e Una, as painéis continuam sendo modeladas manualmente com o auxílio de ferramentas rudimentares, a partir de argila sempre da mesma procedência. Depois de secas ao sol são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com a tintura de tanino que lhes confere a característica coloração preta. Ofício eminentemente feminino e familiar, o modo de fazer as painéis é transmitido oralmente através de gerações. O Registro foi feito de acordo com o processo administrativo nº 01450.000672/2002-50, conforme a decisão proferida na 37ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 21 de novembro de 2002 (IPHAN, 2002).

Quarenta anos após a preparação e também a rejeição do anteprojeto modernista, os técnicos da chamada *Fase Heroica* do IPHAN⁴ trabalharam exaustivamente na execução do tombamento dos bens de pedra e cal do período colonial. Neste mesmo contexto, surgiu o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) coordenado pelo designer Aloísio Magalhães (1927-1982) que posteriormente tornou-se Presidente do IPHAN entre os anos 1979 e 1982. Os trabalhos desenvolvidos pelo Centro visavam o mapeamento dos “produtos brasileiros”, referências culturais que não eram abarcadas pela política do tombamento vigente no período. A importância dos pensamentos de Magalhães expresso nos projetos desenvolvidos por ele e sua equipe, reverberaram somente após a sua morte, quando em 1986 o seu sucessor na Presidência do IPHAN, Marcos Villaça, tombou o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Axé Iyá Nassô Oká), na Bahia, inaugurando assim, a primeira chancela institucional de proteção dos bens afrodescendentes.

Compete ainda expor as mudanças que a metodologia do INRC trouxe para as políticas de patrimônio nos últimos anos. Idealizadas pela equipe do antropólogo Antônio Augusto Arantes, que também foi um dos presidentes do IPHAN entre os 2004 e 2006, a metodologia foi construída como uma ferramenta de proteção alternativa ao tombamento. O INRC, conforme foi elaborado, possibilitou a participação ativa das comunidades produtoras de cultura no processo de gestão do patrimônio cultural imaterial, ao caracterizá-los como os protagonistas dessa política de salvaguarda. Desse modo, o estudo que aqui será desenvolvido considera as ações empreendidas por esses três estudiosos como basilares na compreensão do processo histórico do patrimônio cultural brasileiro e a importância que a temática imaterial proporcionou ao tema. Não se ignora, todavia, o trabalho dos grupos de discussão e ação envolvidos nas instituições que lidam com o patrimônio brasileiro. Também não se almeja tirar a força de inúmeras comunidades que operam em diálogo com a instituição para a preservação de bens específicos.

Cabe apresentar os caminhos percorridos pela pesquisa para o desenvolvimento do tema. O texto foi dividido em quatro seções: a razão maior do primeiro capítulo, denominado *Sem torno, nem forno*, e que também intitula a pesquisa, repousou na apresentação dos protagonistas

⁴ Além dos formuladores Mário de Andrade e Rodrigo M.F. de Andrade (o segundo, também, dirigente do órgão de 1936 a 1967), participaram do SPHAN nesse período, entre outros: Lúcio Costa, a principal autoridade técnica, chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) entre 1937 e 1972, e membro do Conselho Consultivo por um curto período; Carlos Drummond de Andrade, organizador do arquivo e chefe da Seção de História; Afonso Arinos de Melo Franco e Prudente de Moraes Neto, consultores jurídicos; e Manual Bandeira, colaborador em várias publicações, os três membros do Conselho Consultivo; os arquitetos Paulo Tedim Barreto, José de Sousa Reis, Alcides da Rocha Miranda, Edgard Jacinto, Renato Soeiro; o artista plástico Luís Jardim (FONSECA, 2009: 97-98).

que compõem o *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, com uma análise esmiuçada das técnicas empregadas na produção das painéis de barro pelos mestres de Vitória (ES).

Seguindo a divisão exposta acima, o segundo capítulo: *Embates pela definição do patrimônio*, dedicou-se no debate sobre o tema do patrimônio. Para isso, coube analisar o conceito de patrimônio histórico elaborado pelos franceses no período pós Revolução Francesa e o modo como o termo foi relacionado à seleção e proteção dos monumentos históricos e a disseminação dessas práticas preservacionistas em muitos países ocidentais, inclusive o Brasil. Assim, a pesquisa buscará compreender as primeiras ações nacionais voltadas para a preservação do patrimônio brasileiro. Nesta parte do texto, caberá analisar o anteprojeto escrito por Mário de Andrade, uma vez que, como já mencionado anteriormente, o intelectual modernista elaborou a pedido do Ministro Gustavo Capanema, um documento voltado para a proteção dos bens nacionais que contemplasse as principais necessidades do período, vale lembrar que em 1936 o país era presidido por Getúlio Vargas e as ideias nacionalistas estavam em voga. Com isso, pensar em uma legislação de proteção dos bens nacionais significava também construir uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) através do patrimônio nacional.

Desse modo, a política que prevaleceu no IPHAN durante muito tempo tinha a função de consolidar uma identidade nacional pautada na história do processo de colonização. E os técnicos que trabalhavam na Instituição preocuparam-se principalmente com prédios e monumentos em ruínas e, por fim, como será observado, o IPHAN precisava consolidar a sua imagem como órgão preservacionista e justificar a sua existência perante o governo e a sociedade. O capítulo dois será dedicado também na análise de dois projetos desenvolvidos fora do âmbito do IPHAN, mas que são considerados os principais influenciadores da política de patrimônio consolidada nos anos 2000. Sendo assim, a pesquisa dedicou-se em compreender a importância dos projetos desenvolvidos pelo Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNPFP) entre os anos 1950 e 1960 e as pesquisas empreendidas pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) nas décadas de 1970 e 1980.

O capítulo três intitulado: *A construção do conceito de imaterialidade: um debate teórico*, pretende discutir o patrimônio a partir de processos sociais capazes de desestabilizar o conceito, como a categoria imaterial que possibilitou que o patrimônio fosse pensado para além dos monumentos excepcionais. Neste viés, será apresentada argumentações sobre a *ressonância* das políticas de patrimônio, os valores conflitantes atribuídos aos bens e a inclusão dos detentores das práticas culturais nos projetos preservacionistas do Estado. Será analisado ainda, as relações entre as atribuições do IPHAN e a *Convenção para a Salvaguarda do*

Patrimônio Cultural Imaterial instituída pela UNESCO em 2003. A última parte da seção buscará compreender os percursos institucionais estabelecidos durante a década de 1990 após o *Seminário Internacional "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção"* e o documento proveniente dele conhecido como *Carta Fortaleza*. Coube, por fim, enfatizar a contribuição da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI) criados no âmbito do Ministério da Cultura para refletir sobre a nova demanda de proteção.

Desse modo, o último capítulo da dissertação denominado: *O processo institucional da panela de barro*, atentou-se primeiramente nos discursos e ações que ocorreram no âmbito regional (Prefeitura de Vitória, Conselho Estadual de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico e a 6ª superintendência do IPHAN) visando a proteção das panelas de barro capixabas. Em seguida, será estudado o Decreto nº 3551/2000, que possibilitou o registro do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* e, ainda, o processo de construção do INRC como uma política de patrimônio elaborada pelo IPHAN para a salvaguarda dos bens categorizados como imateriais. A última análise será pautada nos discursos do IPHAN materializados no Dossiê dedicado as paneleiras e o modo como reverberaram entre os fabricantes.

Capítulo 1. Sem torno, nem forno.

Desta forma, acompanhamos o processo de construção de uma identidade específica – a de Paneleiras – como história de uma coletividade objetivada em valores, em um corpo de conhecimento e um conjunto de procedimentos sedimentados até um determinado momento do tempo: uma certa tradição. Goiabeiras tem Paneleiras que fazem panelas, as Paneleiras fazem panelas em Goiabeira, as panelas são de Goiabeiras. A *autêntica* panela de barro preta é das Paneleiras, que são de Goiabeiras. Junta-se num ícone – a panela – uma identidade social de caráter regional associada a uma atividade artesanal específica, hoje reconhecida como *patrimônio nacional* (DIAS, 2006: 21).

O primeiro capítulo da pesquisa aqui apresentada dedica-se na análise do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, uma prática cultural que envolve a fabricação de panelas de barro, em Goiabeiras, bairro da capital Vitória no Estado do Espírito Santo e que foi inscrito em 20/12/2002 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro dos Saberes como o primeiro registro do patrimônio cultural imaterial brasileiro. As informações sobre o ofício e seus praticantes foram recolhidas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) elaborado pela 6ª superintendência regional do IPHAN em 2001 na ocasião dos preparativos do processo de registro. Essa pesquisa não realizou entrevistas inéditas, mas sim, buscou realizar um balanço dos estudos desenvolvidos por pesquisadores (DIAS, 2006 & NICOLE *et.al.* 2012) que se dedicaram ao tema e que utilizaram a metodologia da história oral. Tudo isso permitiu o acesso a um rico acervo que foi explorado como fonte de pesquisa no estudo empreendido.



Figura 1: As panelas de barro preta de Goiabeiras.

Ao entrar no Galpão, local onde as panelas são fabricadas e comercializadas pelos mestres de ofício a primeira coisa que se vê são as panelas empilhadas e prontas para serem vendidas. Os compradores podem escolher os objetos pelos tamanhos e formatos e os preços variam conforme a especificidade do produto.

Foto: Luciana Cristina de Souza, 2013.

O processo de fabricação dos utensílios de Goiabeiras envolve determinadas pessoas que detêm o conhecimento sobre as diversas etapas da fabricação das panelas de barro. “Cada etapa requer instrumentos próprios e um acervo de conhecimento também próprios” (DIAS, 2006: 66). O modo de fazer configura-se na principal característica dessa prática cultural, as panelas são fabricadas “sem torno e sem forno”, isso quer dizer que a modelagem é feita pelas mãos dos mestres sem a ajuda de um torno e o barro transforma-se em panelas a partir dos conhecimentos que são empregados pelos artesãos. Depois disso, os objetos são queimados em fogueiras a céu aberto e não em fornos, e neste momento um tipo de tintura natural denominada tanino é utilizada como impermeabilizante, processo que dá resistência e escurece a panela. O processo descrito caracteriza-se em “um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário” (INRC, 2001: 06). Na figura de nº 1 é possível observar os utensílios prontos para serem comercializados, contudo, até chegarem a este ponto os objetos passam por várias fases que serão descritas neste capítulo.

Os artesãos se organizam como um grupo social através da Associação das *Panelas de Goiabeiras* (APG) que tem em média de 118 associados (em 2013) mas, é possível também encontrar mestres de ofício fora dessa associação. Segundo Berenícia Correa

do Nascimento, diretora da APG na data dos trabalhos de campo⁵, os produtores associados são constituídos por mulheres e alguns homens que são aparentados entre si. Mesmo com a entrada dos homens no universo das paneleiras, que ocorreu mais recentemente devido à valorização cultural e econômica das panelas, a figura feminina se sobrepõe à masculina no quesito fabricação, uma vez que, o número de mulheres artesãs é maior do que homens artesãos. Porém, respeitando as normas gramaticais a pesquisa utilizará no decorrer do texto o termo artesãos para se referir tanto às mulheres como os homens fabricantes de panelas.

1.1: Um lugar chamado Goiabeiras Velha.

Goiabeiras Velha tem grande importância na constituição e permanência da prática cultural que envolve as panelas de barro, o que é legitimado pelo “imaginário da população local” que afirma que “a atividade ocorre *desde* sempre, em Goiabeiras Velha” (INRC, 2001: 6). Cabe considerar que antes da existência do Galpão, como será visto mais adiante, as panelas pretas eram fabricadas nos quintais das casas dos mestres de ofício e os espaços trabalho e moradia misturavam-se. Fato que se alterou com o crescimento familiar, os filhos das paneleiras casaram-se e construíram suas casas nos quintas da família, com isso, as novas moradias passaram ocupar o lugar que antes era destinado para a produção das panelas e, conseqüentemente, os espaços casa e trabalho foram separados. A questão é que as paneleiras não apenas moram ou trabalham em Goiabeiras, mas constituíram uma relação da qual não é possível desvincilhar Goiabeiras como parte dessa produção cultural, tanto é assim que o nome do bairro se refere ao patrimônio imaterial em questão.

⁵ Durante a segunda quinzena do mês de maio de 2013 foram realizados trabalho de campo com os artesãos de Goiabeiras na cidade de Vitória.

1.2: A tradição costumeira de fazer panelas de barro preta.

**Figura 2 A e B: Sem torno.**

Nas imagens é possível apreender o momento em que o barro é moldado sem o torno até se transformar em panela. As mãos das artesãs dão forma, corpo e, portanto, materialidade ao imaterial.

Foto A: Luciana Cristina de Souza, 2013.

Foto B: Arquivo IPHAN.

Muitos fabricantes afirmam que seus familiares faziam panelas há mais de 400 anos e a pesquisa aqui empreendida concorda que a prática do ofício é antiga, sem, contudo, considerar uma localização exata em um espaço temporal. Para a estudiosa Carla Dias que desenvolveu uma pesquisa com o mesmo tema, fazer panelas em Goiabeiras pode ser considerado uma tradição, visto que, foi uma prática realizada no passado e que ainda é exercida pelos artesãos (DIAS, 2006: 20). Ou seja, continua se fazendo panelas do modo como eram fabricadas no passado. Contudo, ao contrário do que defende Dias, esta pesquisa considera que práticas culturais são passíveis de transformações no decorrer do tempo e, por isso, não convém caracterizar o ofício praticado pelos mestres apenas como uma repetição do passado. Neste sentido, para se referir aos saberes relacionados à fabricação de panelas, propõe-se utilizar o termo “costume” no lugar de tradição, baseado na reflexão empreendida pelo historiador Eric Hobsbawm na introdução da obra “A Invenção das Tradições”:

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente continuidade histórica e direitos naturais conforme expresso na história (HOBBSAWM & RANGER, 2012:12-13).

A partir das definições de costume e tradição propostas por Hobsbawm, torna-se plausível enquadrar os ofícios praticados pelos artesãos de Goiabeiras como um “costume” ao considerar as mudanças e adaptações ocorridas no processo que envolve a produção das panelas de barro. Ademais, não os determinar como uma tradição faz com que esses saberes não sejam congelados no tempo e fadados a uma prática de simples repetição. Cabe colocar também que o conceito de *costume* possibilita desconstruir a ideia de tradição como algo legítimo que se desloca do passado para presente.

1.3: Panelas organizadas: A Associação das *Paneleiras de Goiabeiras*.

A Associação das *Paneleiras de Goiabeiras* (APG) foi fundada no dia 25 de março de 1987 por um grupo liderado pelas mulheres da comunidade. Enfatiza-se que os artesãos não são constituídos apenas por mulheres, por mais que são elas que dão o nome ao ofício, a rua e

o Galpão. Com efeito, o gênero feminino não se configura como o único detentor do saber e, como um grupo social, o grupo de artesãos capixabas são heterogêneos e composto por homens, mulheres, homossexuais e transexuais. Todos aqueles que assim desejarem podem utilizar o espaço do Galpão para produzirem seus objetos, desde que, sejam associados, aceitem as normas e contribuam financeiramente para o funcionamento do local, isso não quer dizer que esse espaço de trabalho está isento de conflitos, ademais, existem artesãos que não se interessam em fazer parte da APG.

O principal motivo que levou a criação da APG foi a tentativa de barrar a construção de uma estação de tratamento de esgoto na área de onde é extraída a argila utilizada na fabricação das panelas pretas. O local é conhecido como Vale do Mulembá e se localiza no bairro vizinho à Goiabeiras denominado Joana Dar’c. A argila proveniente da região é, segundo os fabricantes, o que permite a modelagem sem torno e é o único capaz de resistir ao processo de queima que ocorre diretamente no fogo. Por isso, a APG nasceu do ensejo de impedir a poluição do barreiro, caso a estação de tratamento se estabelecesse na localidade, desejavam, além disso, garantir do livre acesso à principal fonte de matéria-prima e o direito de extração da argila, condições necessárias para a permanência e continuidade para a produção dos objetos de barro.

Organizados através da APG, os mestres de ofício, passaram exigir do poder público, a construção de um lugar para desenvolverem suas habilidades em conjunto com os outros artesãos. Queriam mais espaço e melhores condições, vislumbrando o aumento da produção e o aprimoramento do ofício. E foi assim, a partir da luta pelo barreiro e do pedido de um local próprio para a fabricação dos utensílios de barro, que surgiu a APG, como destacou Carla Dias:

A associação é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Tem por finalidade mobilizar, integrar e conscientizar as Paneleiras para o exercício dos seus direitos, buscar melhores condições de trabalho, construir sede própria, como um Galpão, para administração, depósito, produção e comercialização, e promover e contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que está inserida, através da sensibilização, mobilização e integração de esforços da população local e poderes públicos. É constituída de presidente, vice-presidente, 1. Secretário, 2. Secretario e tesoureiro. Podem ser sócias da Associação as pessoas físicas, maiores de 18 anos, que exerçam a atividade de Paneleiras (DIAS, 2006: 91).

As reivindicações foram acatadas pelo poder público. Primeiro, as paneleiras adquiriram o “direito de usufruto da jazida de barro, até então, em conflito com a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) e o Governo Estadual [...]” (NICOLE *et.al.* 2012,

23). E, também, conseguiram que fosse construída uma sede para o desenvolvimento dos seus trabalhos. No entanto, o primeiro Galpão erguido em 1988 pela prefeitura trazia para os artesãos algumas complicações, como as constantes inundações, o pouco espaço e a não existência de um local a céu aberto para a realização da queima das panelas. No ano de 1992 a sede das panelleiras foi reformada e ampliada, conforme a figura a seguir:



Figura 3: Galpão das Panelleiras em 1992.

Imagem do Galpão das Panelleiras na década de 1990.

Foto arquivo IPHAN.

Duas décadas após a construção do primeiro Galpão, em novembro de 2011, os mestres de ofício receberam um novo local para desenvolverem seus trabalhos. O lugar, que pode ser observado na figura nº4, ocupa uma área de 940 m², e também foi construído pela Prefeitura Municipal de Vitória com o dinheiro repassado do Ministério do Turismo⁶. Estima-se que o valor gasto no empreendimento chegou próximo aos R\$ R\$ 1,7 milhões de reais⁷. Equipado com 32 cabines com bancadas, armários e prateleiras individuais, o novo ambiente é amplo e recebe iluminação natural, o que contribuiu para melhorar, segundo os artesãos, a sistematização da produção e a venda das panelas.



Figura 4: Galpão das Panelas em 2013.

O novo Galpão permite a integração dos momentos de produção e comercialização, é possível presenciar o processo de modelagem, secagem, raspagem e queima das panelas que ocorrem durante os dias da semana. Já nos finais de semana as visitas ao Galpão são intensificadas pelos turistas e compradores e dificilmente os artesãos estão fabricando algum objeto.

Foto: Luciana Cristina de Souza, 2013

⁶ Os trabalhos desenvolvidos pelas Panelas de Goiabeiras já eram largamente conhecidos pelos moradores de Vitória e pelos turistas que visitavam a cidade. Isso talvez explique o investimento do Ministério do Turismo ao destinar uma verba para a construção de um novo Galpão.

⁷ Informação disponível em <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2009/10/549067-rua+do+galpao+das+panelas+sera+exclusiva+para+turistas.html>. Acesso em 25 de Ago. 2014.

1.4: O saber fazer panelas de barro preta.

Os trabalhos dos mestres seguem uma sistematização e caracterizam-se no cumprimento de determinadas etapas. Todo o processo de fabricação demora em média uma semana para ser realizado. O Galpão permanece aberto praticamente a semana inteira e a rotina do ofício ocorre da seguinte maneira: durante os dias de semana a ênfase é dada na produção das panelas, já os fins de semana são dedicados principalmente para a comercialização dos objetos.

A fabricação das panelas é realizada a partir do conhecimento de todo o processo e da habilidade desenvolvida pelas mãos dos mestres de ofício. Das técnicas empregadas, duas chamam a atenção: não utilizam nenhum tipo de molde (sem torno) e, ainda, os objetos são queimados nas fogueiras preparadas a céu aberto (sem forno). Mas, não é apenas o conhecimento das técnicas e o barro apropriado que são necessários para a fabricação dos objetos, já que as práticas utilizadas não se caracterizam em uma mera repetição do saber fazer panelas de barro, mas sim, em um “costume” que permite mudanças e adaptações (HOBSBAWM & RANGER, 2012). Por isso que o conhecimento empregado nos artefatos de barro pode ser utilizado na produção, não só de panelas, mas também de outros utensílios, como frigideiras, caldeirões e vasos. A figura nº 5 mostra a bancada de um mestre, onde é possível observar as diferentes tipologias dos objetos de barro, que mesmo sendo fabricados com a mesma matéria-prima e técnica: “sem torno, nem forno”, modificam-se nos tamanhos e modelos.



Figura 5: As diferentes tipologias dos objetos de barro.

As panelas estão disponíveis em vários tamanhos. Podemos dividi-las entre as tradicionais como a Frigideira, a panela tradicional para arroz e pirão e o caldeirão. E outros formatos como Réchaud, Panelinha para caldos, pimenteira com tampa, casquinha de siri, assadeiras e a travessa oval.

Foto: Luciana Cristina de Souza, 2013.

Cada peça fabricada é utilizada no preparo de diferentes pratos. Nas “panelas” são cozidos o arroz e o pirão. A moqueca, o peixe e a torta capixaba são preparados e servidos na frigideira. Já o formato mais fundo é o caldeirão, que são utilizados para caldos e feijão. Mas, é possível encontrar também outros formatos como “formas de pizza, jarros, cofres de porquinho, etc. para atender a freguesia (...)” (INRC, 2001: 9). O que denota a fluidez dos formatos frente às necessidades cotidianas e mesmo relacionada a criatividade desses mestres-artesãos.

1.5: Etapas da fabricação.

A primeira etapa que será analisada e que marca início da fabricação das panelas é a extração do barro (figura nº 6). Até a década de 1980, os mestres de ofício tinham livre acesso ao Vale Mulembá, onde argila ideal para a modelagem e queima é encontrada. Mesmo após os

artesãos conseguirem o usufruto do barreiro, a extração da matéria-prima passou a ser controlada pela prefeitura com a justificativa de que a retirada consciente permitiria o uso sustentável da argila, visto que, é um produto natural e que pode se esgotar. A prefeitura ficou responsável também pelo transporte do material até o Galpão onde as panelas são produzidas.



Figura 6: Extração do barro no Vale do Mulembá.

Atualmente tem crescido o número de homens na atividade de mestres de ofício, eles conhecem todo o processo de produção inclusive a “puxada” que é considerada a etapa mais nobre do trabalho. Antes, eles desempenham apenas atividades menos nobres com a retirada e a limpeza do barro. Cabe salientar que o aumento da participação masculina, em um ofício narrado como essencialmente feminino, se deve, em parte, pelas possibilidades de renda gerada com a vendas das panelas.

Foto: Marcos Vianna, 2001/IPHAN.

O barro proveniente da jazida localizada no bairro Joana D'Arc apresenta peculiaridades: é composto por 40% de argila, 26% de Silte, 13% areia fina, 13% areia média e 8% de areia grossa. Tal composição difere a argila utilizada pelos artesãos de Goiabeiras dos demais tipos encontrados no Estado do Espírito Santo. Essas características permitem também a produção de painéis “sem torno, nem forno”, pois, além de não racharem e não estourarem durante o processo de queima, quando mole são de fácil manuseio para a modelagem e depois de prontas secam mais rápido, o que agiliza as etapas seguintes. Além do mais, as painéis ao serem utilizadas no preparo dos alimentos conseguem reter com mais facilidade o calor, possibilitando que o prato preparado permaneça quente por mais tempo.

Após a argila ser removida e transportada para o Galpão, ocorre o processo de limpeza e amolecimento da matéria-prima realizada pelo “amassador do barro”, nesse momento são retirados restos de folhas, pedras e gravetos. Na figura nº 7 é possível observar o barro já limpo sendo amolecido com água até ficar no ponto de ser modelado. Quando pronto (mole e limpo) é vendido pelo responsável por essa etapa aos demais mestres, em forma de “bolas” de 10 quilos que custavam no período dos trabalhos de campo R\$ 2,00 cada uma. A matéria-prima é vendida, porque, o processo de limpeza do barro não é realizado por todos, devido a sistematização dos trabalhos no Galpão muitos mestres preferem comprar a argila pronta para a puxada (modelagem) diretamente com a pessoa que realiza a limpeza.

Em suma, um membro da comunidade tem a função de amassar e limpar o barro e, após isso, a matéria-prima é vendida para os outros mestres de ofício. Designar uma pessoa do grupo para essa etapa foi uma escolha concretizada pelos demais associados após o controle estabelecido pela prefeitura na extração da matéria-prima. O mesmo indivíduo que extrai o barro, já o deixa limpo e vende para os outros, isso fez com que o amassador de barro aumentasse seus ganhos ao realizar uma etapa a mais e também facilitou o trabalho dos artesãos que adquirem a argila pronta para ser manuseada. Sendo assim, cada artesão compra a quantidade necessária para produzir as painéis no período médio de quinze dias, visto que, a próxima retirada e limpeza do barro ocorrerá ao término desse período.



Figura 7: Pés amolecendo o barro.

Um artesão de panelas conhece todo o processo desde a extração até a queima. Entretanto, atualmente devido as novas configurações do trabalho executado no Galpão algumas etapas (retirada, limpeza, raspagem e a queima) são “terceirizadas” mantendo-se nas mãos dos mestres a etapa da puxada.

Foto: Marcos Vianna, 2001 IPHAN.

A próxima etapa caracteriza-se na preparação do tanino, um pigmento natural que reveste de cor preta a panela de barro e que será utilizado após a queima. O produto provém da casca da árvore conhecida como mangue vermelho (*Rhizophora Mangle*) que é encontrada no manguezal ao lado do Galpão. Depois de removida a casca é amassada e depositada na água por alguns dias, como pode ser observado na figura nº 8, até o líquido se transformar em uma tinta vermelha. A tintura natural proveniente do tanino proporciona a cor escura, uma das características das panelas de Goiabeiras.



Figura 8: A casca do mangue vermelho descansando na água até se transformar na tintura de tanino.

A tinta é produzida pelas paneleiras no próprio Galpão é utilizada nas panelas após serem retiradas da fogueira. O acoite com a tinta tem que ser feito com os utensílios ainda quente, esse processo é conhecido como carbonização e ele é o responsável pelo escurecimento dos utensílios.

Foto: Luciana Cristina de Souza, 2013.

O barro bruto se transforma em panela a partir dos trabalhos desenvolvidos pelas mãos dos mestres, cujo processo é denominado modelagem ou puxada e é designado assim porque a argila amolecida é amparada em uma tábua e moldada com as mãos. É utilizada apenas uma cuia, ferramenta que é retirada do fruto não comestível do pé de coité e que auxilia nos contornos das panelas em confecção. A modelagem exige o conhecimento das técnicas, pois os artesãos ao “puxarem” o barro de forma precisa e especializada dão forma e determinam o tamanho e a espessura do utensílio, conforme exposto na figura nº 9. Com a panela modelada e a argila ainda mole é o momento de retirar as impurezas com uma faca e também o excesso do barro com um arco. Após o fim da primeira etapa da modelagem os objetos são colocados para secarem.



Figura 9: Panela sendo puxada ou modelada.

Figura 10: Panelas secando.

Primeiro as panelas são puxadas, no vocabulário dos mestres, isso quer dizer que são modeladas sem o uso do torno, conforme a figura 9. Em seguida, são colocadas para secar, como pode ser observado na figura 10.

Foto 9: Arquivo IPHAN.

Foto 10: Luciana Cristina de Souza, 2013

A secagem é uma etapa que ocorre mais de uma vez durante todo o processo e, somado às condições climáticas, determina o tempo de fabricação do utensílio. A saber, em dias de muito sol e calor, as panelas secam mais rápido, já em dias nublados e frios demoram mais para secarem. E, enquanto não se encontram secas a próxima etapa não pode ser cumprida. Como a modelagem do fundo, que consiste na raspagem do excesso de barro do fundo das panelas com o auxílio de um arco. Já o alisamento consiste no polimento dos utensílios com pedras que são encontradas nas beiras dos rios, também conhecidas como seixo rolado. Por isso, é possível inferir que o saber fazer panelas de barro baseia-se na relação que os mestres estabelecem com o meio ambiente em que vivem ao extrair recursos da própria natureza e incorporá-los em seus trabalhos.

Quase próximo do fim da semana, lembrando que todo o processo demora em média cinco ou seis dias, as panelas já estão completamente secas e prontas para se tornarem pretas, pois até esse momento não apresentam uma das principais características que é a pigmentação escura. Os utensílios são queimados a céu aberto por aproximadamente trinta minutos e essa etapa é realizada normalmente uma vez por semana, quando todas as panelas produzidas por todos os artesãos já se encontram prontas para serem queimadas de uma só vez. A figura nº11 mostra o momento em que as algumas panelas são queimadas nas fogueiras montadas na parte externa do Galpão. Na imagem aparece apenas uma fogueira, contudo, normalmente são dispostas três ou quatro de uma vez. Outro detalhe que convém observar na imagem são os restos de madeiras alocados entre o Galpão e o manguezal, esse material é trazido pela prefeitura e utilizado nas fogueiras armadas para a queima das peças de barro.



Figura 11: Sem forno.

As panelas são queimadas a céu aberto uma vez por semana no lado de fora do Galpão. Essa etapa acontece da seguinte maneira: um pequeno grupo fica responsável por colocar e retirar as peças da fogueira, os demais aguardam o momento que as panelas são retiradas do fogo para açoitar os objetos com a tintura de tanino. Ao final desse processo as panelas de barro tornam-se pretas.

Foto: Luciana Cristina de Souza, 2013.

Assim, do lado de fora, entre o Galpão e o manguezal são feitas camas de lenhas e os objetos são dispostos cuidadosamente para não quebrarem durante a queima. Sendo a etapa da queima das peças um trabalho de difícil execução, cabe ao “tirador de panelas” colocar e retirar as panelas no fogo entregando-as aos seus respectivos responsáveis para a realização do açoite do tanino com as vassourinhas de muxinga⁸ com os objetos ainda quente. Duas ou três pessoas ⁹cuidam das panelas no fogo e, assim como, o “amassador de barro” executam essa

⁸ Este instrumento é feito dos galhos de uma planta homônima nativa da localidade capaz de resistir a altas temperaturas da queima.

⁹ Como as fogueiras alcançam temperaturas de aproximadamente 600 graus alguns artesãos preferem não queimar as panelas. Por isso, determinadas pessoas acabam realizando essa etapa mediante a acordos que são realizados entre os membros do grupo como pagamento ou troca de favores.

função mediante ao pagamento dos demais membros da associação.

Finaliza-se, com isso, a apresentação do processo de fabricação das panelas de barro pretas. O objetivo repousou na explanação do modo como as panelas são fabricadas pelos artesãos, buscou-se destacar a relação entre os saberes que resultam no ofício especializado, o barro como matéria-prima, a importância de Goiabeiras como um local onde este patrimônio acontece e a relação estabelecida com o meio ambiente, a saber, o uso tanino, a vassourinha de muxinga e a pedra de rio. Ressalta-se que as técnicas com todas as especificidades elencadas fizeram dessa atividade, patrimônio cultural imaterial brasileiro, tema do capítulo quatro da dissertação.

Todavia, a prática de fabricar panelas de barro preta permaneceu viva pelas mãos dos mestres de ofício, mesmo antes de se tornar patrimônio. Assim, por muitos anos os artesãos de Goiabeiras garantiram a existência dos utensílios capixabas e, até mesmo, concorreram com um mercado de panelas variado e sofisticado como se encontra atualmente no cenário nacional¹⁰. A figura nº12 faz referência a uma frase que pode ser ouvida facilmente no Galpão em Goiabeiras e que demonstra a relação feita entre as panelas de barro com os pratos típicos da região, como a moqueca e a torta capixaba¹¹.

¹⁰Apenas a título de exemplificação existem panelas de cobre, ferro, cerâmica, de pedra sabão, alumínio, vidro, Teflon, inox e esmaltada. Informação retirada do site. Disponível em: < <http://www.duonutri.com.br/fique.php?cod=70> >. Acesso em 02 de março de 2013.

¹¹ Esse site sugere alguns locais que servem a moqueca capixaba e outros pratos regionais. O destaque é para a apresentação dos pratos que são servidos em panelas de barro. Mais informações: Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2013/01/voce_ag/prazer_e_cia/1386668-guia-da-moqueca-capixaba-enderecos-especializados-em-frutos-do-mar.html>. Acesso em Agosto de 2014.



Figura 12: Cartaz local que relaciona o prato típico capixaba com as panelas de barro preta.

A moqueca capixaba está diretamente associada à panela de barro. Em outros locais do Brasil também são servidas moquecas, a saber, a moqueca baiana, que ao contrário da capixaba, leva óleo de dendê e leite de coco. A cartaz pode, neste viés, ser analisado como um elemento de valorização e reconhecimento das panelas, que junto com o prato típico, compõe o modo de ser capixaba.

Foto: Luciana Cristina de Souza, 2013.

Nesse sentido, os mestres de Goiabeiras ao receberem a chancela patrimonial e institucional em 2002, com o registro do ofício praticado por eles, na perspectiva das políticas de patrimônio, tornaram-se os agentes detentores e mantenedores de um patrimônio que pertence a todos os brasileiros. É por esse motivo que são analisados nessa pesquisa, por serem exemplos do que hoje também passou a ser considerado patrimônio cultural junto com os bens de pedra e cal sacralizados pelo tombamento. Neste sentido, as danças, expressões religiosas, o modo como são preparadas determinadas comidas, modos de fazer artesanatos e os lugares sagrados representativos dos diversos grupos e comunidades passaram a ser foco das políticas de patrimônio por serem considerados proponentes basilares representativos da diversidade e que enriquecem a cultura brasileira espalhada por todo o território. Nesta perspectiva, a política de patrimônio cultural imaterial procura salvaguardar as culturas vivas, aquelas que estão acontecendo neste exato momento em vários locais do Brasil, como a fabricação das panelas de barro de Goiabeiras que acontece em Vitória.

Desse modo, a categoria imaterial e o processo de salvaguarda surgidas recentemente são ações na área do patrimônio inauguradas com as novas demandas culturais do século XXI, como fruto das mudanças discursivas e no entendimento sobre o patrimônio nas esferas internacionais e àquelas empreendidas pelo IPHAN. Por este motivo torna-se possível nos dias de hoje realizar um estudo histórico com a temática do patrimônio imaterial e analisar uma prática cultural como o *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. Ao considerar, como exposto por Michel De Certeau (1982:79), que é “lugar social” e o “contexto cultural” onde a pesquisa é realizada que possibilita a escolha do tema, o recorte e a fonte de pesquisa para a sua realização.

Capítulo 2. Embates pela definição do patrimônio: A construção ocidental do conceito de patrimônio.

Durante o período da Revolução Francesa, a luta contra o vandalismo, promovida pelo *abbé* Grégoire com o objetivo de conservar elementos materiais do Antigo Regime, é legitimada pelo trabalho dos historiadores contemporâneos e, sobretudo, futuros. O apelo ao futuro é que serve de justificativa para a preservação desses materiais, a partir da convicção de que, daí em diante, eles não terão a possibilidade de transmitir seu sentido, ou seja, serão incapazes de inspirar o ardor contrarrevolucionário dos sequazes do despotismo ou da superstição (POULOT, 2009, 231-232).

O tema dessa pesquisa repousa na análise da categoria imaterial do patrimônio, neste sentido, considera-se a noção de imaterialidade como um desdobramento do próprio conceito de patrimônio e, por isso, torna-se necessário analisar como o termo surgiu e o contexto que as práticas preservacionistas se consolidaram, primeiramente fora do Brasil e, posteriormente, nas políticas de patrimônio adotadas pelo IPHAN. A escolha por este recorte espacial justifica-se no fato de que a ideia de patrimônio e preservação atrelada a monumentalidade foi consolidada por uma longa tradição de pensamento ocidental e adotada pelo órgão brasileiro de proteção do patrimônio com a prática do tombamento. Deste modo, a natureza imaterial surgiu como uma política pública seis décadas após o primeiro aparato jurídico que criou o IPHAN e determinou o tombamento como a principal ferramenta de proteção dos bens nacionais

A palavra patrimônio pode ser historicamente localizado. A saber, a origem do termo decorreu das línguas românicas e se referia à herança passada por e para os membros de uma mesma *pater*. Caracterizavam-se nas heranças privadas e que pertenciam a um grupo pequeno de pessoas (FUNARI & CARVALHO, 2011:06). A palavra surgiu dos povos latinos antigos, mas a ideia, conforme é cunhada atualmente, foi uma concepção do período moderno, primordialmente os franceses. Isso quer dizer, que a prática de se preservar o passado foi inventada pelos Estados nacionais. Ao abordar o assunto, o museólogo e professor da UniRio Mario Chagas assim a descreve:

Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno das suas universalidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (CHAGAS, 2007: 209).

Visto o contexto em que a palavra surgiu com os romanos e o modo como nasceu enquanto uma prática entre os franceses, cabe colocar que o patrimônio é uma construção social

e, por isso, será analisado por esta pesquisa como uma “categoria de pensamento”, conforme elucidado por José Reginaldo Santos Gonçalves, antropólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O autor expõe que anterior às acepções modernas de preservação, pode-se atribuir ao patrimônio um “caráter milenar” ao considerar que o conceito já estava presente no pensamento do “mundo clássico”, no medievo e também nas “sociedades tribais” (GONÇALVES, 2009: 22). Seguindo esta perspectiva, a prática preservacionista inaugurada pelo Estado nacional Francês agregou novos sentidos a um termo que já existia, pelo menos como uma categoria de pensamento. Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck as palavras podem convergir em torno de si uma diversidade de signos, assim ele explica:

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentidos (KOSSELLECK, 2006, p. 108-109).

Neste viés, o significado dado pela França ao termo patrimônio foi um dentre os outros vários que o conceito denotou nos últimos anos. Com isso, concepção de patrimônio não pode ser considerada como algo natural, visto que, antes de se configurar materialmente ou imaterialmente, conforme as distintas categorias estabelecidas pela esfera institucional, é constituído historicamente pelos processos sociais capazes de transformar o conceito e as práticas em torno dele.

Dito isso, compete expor seguindo o argumento de Gonçalves, que as ações empreendidas pelos franceses deram novos contornos semânticos a uma ideia presente nas sociedades antigas. Desse modo, a preservação dos bens nacionais surgiu da emergência de proteger determinadas materialidades durante a Revolução francesa. A partir dessa preocupação, o nascente Estado nacional inventariou e acautelou os móveis e imóveis que representavam um passado histórico e que diferenciava a França de outros Estados nacionais que se encontravam no mesmo processo de consolidação (FUNARI & PELEGRINI, 2006: 11).

Para Benedict Anderson, autor da obra: *Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (2008): a construção do Estado-nação pode ser compreendida em um contexto onde várias pessoas mesmo sem se conhecerem se sentem (imaginam) como pertencentes de um mesmo lugar. Sendo assim, a nação é um produto cultural

que dispõe de legitimidade emocional, já que, seus atores devem compartilhar signos e forjar um passado. Alguns desses símbolos partilhados materializaram-se nos patrimônios representantes de uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008). Se um passado foi tramado para dar sentido de continuidade histórica, nada melhor que inventar culturas materiais (patrimônios) que legitimam este passado.

Com a ideia defendida por Anderson, considera-se que o Estado nacional francês imaginou uma comunidade a partir de determinados bens selecionados para essa finalidade, nesse mesmo contexto, cabia ao Estado tornar-se o principal responsável pela proteção dos patrimônios (ABREU, 2009: 35; BO, 2003: 24). Entretanto, a recém-inaugurada prática preservacionista francesa além de proteger aquilo que era interessante para a construção da ideia de Estado, destruiu determinadas materialidades do *ancien régime* que representavam um passado que deveria ser esquecido. Sobre o tema, o museólogo Mário Chagas expõe que:

As políticas e práticas de esquecimento e de memória, de destruição e preservação colocadas em movimento pela Revolução Francesa implicaram, como se sabe: diligências deliberadas para destruir e apagar determinados corpos capazes de condensar uma simbologia referente ao antigo regime, ao mundo feudal, à monarquia e ao clero; esforços efetivos para promover deslocamentos ou transferências de sentidos de alguns desses corpos; e ações concretas capazes de produzir novos corpos, de construir novas simbologias e de criar novos lugares e padrões de representação da memória (CHAGAS, 2007: 215).

Nesta conjuntura, a proteção patrimonial foi utilizada como uma ferramenta política capaz de forjar a identidade de um povo através dos artefatos constituídos para legitimar a história do país, com a finalidade de unir os distintos grupos que compunham a França sob o vóveis catalizador do conceito de nação (SANT'ANNA, 2009: 51). Cabia, então, ao Estado-nacional preservar igrejas, mosteiros e palácios, ou seja, uma gama de elementos representantes de um passado que deveria permanecer no imaginário dos cidadãos. Conforme indicado por Françoise Choay, historiadora francesa que se dedica à temática patrimonial da França, em especial nas discussões presentes em seu livro *Alegoria do Patrimônio* (2006), se fez imprescindível inventariar e quando necessário tirar de circulação os bens mais importantes a fim de protegê-los. Sobre o tema a pesquisadora observa:

Seria preciso elaborar um método para preparar o inventário da herança e definir as regras de gestão. Por sugestão de Mirabeau e de Talleyrand, criou-se uma comissão dita “dos Monumentos” para esse fim. Em primeiro lugar, ela deve *tombar* as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Em seguida, cada categoria é por sua vez *inventariada* e estabelecido o estado em

que se encontra cada um dos bens que compõem (decreto de 13 de outubro de 1790). Por fim, e sobretudo, antes de qualquer decisão sobre sua destinação futura, estes são protegidos e postos “fora de circulação” em caráter provisório, seja reunindo-os em “depósitos”, seja pela aposição de selos, especialmente no caso dos edifícios (CHOAY, 2006: 99-100).

Dando continuidade na análise dos argumentos apresentados pela estudiosa, Choay atribui à Europa o berço das práticas preservacionistas. Cabe ressaltar que, as observações empreendidas por ela basearam-se na história dos patrimônios ocidentais, primordialmente os europeus. Ademais, o ponto de partida de seu estudo foi as práticas preservacionistas que surgiram na França pós Revolução Francesa. Colocado isso, observa-se que a pesquisadora, ao fazer um balanço das ações patrimoniais europeias, enfatizou a criação pelo seu país de um órgão destinado à preservação dos edifícios históricos em 1837, denominado *Comissão dos Monumentos Históricos* (CHOAY, 2006: 14). Sobre o mesmo assunto, a professora da Universidade Federal da Bahia, Marcia Sant’Anna, sinaliza que os projetos preservacionistas desenvolvidos por esse órgão francês se fundamentavam nos “recenseamentos” e “inventários” dos edifícios históricos, contudo, essa ação não constituiu em um instrumento normativo de proteção desses bens (SANT’ANNA, 2009: 51).

Voltando aos estudos empreendidas por Choay (2006:14), a pesquisadora ao avaliar as ações ocorridas no âmbito internacional, pondera que no ano de 1931 somente países europeus se reuniram para a *Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos* ocorrida em Atenas e que, posteriormente, originou a *Carta de Atenas*¹². Eram países europeus discutindo a melhor maneira de proteger os monumentos europeus. Contudo, cabe expor que existiam ações preservacionistas empreendidas fora da Europa, o Brasil é um exemplo disso, como os projetos levados a cabo pela ditadura getulista com a proclamação da cidade de Ouro Preto como monumento nacional em 1933 e a criação do IPHAN em 1937.

A estudiosa francesa pontua que em 1964, houve a tímida entrada de três países não europeus nas discussões sobre a preservação dos monumentos históricos¹³, como a Tunísia, o México e o Peru, fato que pode ser considerado basilar, a participação de países não europeus possibilitou pequenas mudanças nas representações internacionais do patrimônio. A década seguinte, 1970, também teve significativa importância nos debates internacionais, visto que, a partir desta data a aceção de patrimônio ampliou-se com a incorporação da categoria natural e

¹² Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf> >. Acesso em 14 de maio de 2014.

¹³ Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Venezia%201964.pdf> >. Acesso em 14 de maio de 2014.

também passou ser considerado como patrimônios mundiais, bens não europeus, conforme expõe a estudiosa Marcia Sant'Anna.

O mundo ocidental só começou realmente a considerar essas questões quando, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural (SANT'ANNA, 2009: 51).

Para finalizar as análises empreendidas por Choay cabe expor que a década de 1980 foi o período em que mais de 80 países provenientes de diversas partes do globo terrestre tornaram-se signatários da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* [UNESCO] (CHOAY, 2006:15). Com o exposto foi possível realizar um balanço das primeiras ações de preservação dos patrimônios ocidentais, primordialmente, os europeus.

O objetivo, com tal postura preservacionista e monumentalista, seria o de imortalizar a história ocidental europeia através, principalmente, dos edifícios, monumentos e grandes obras. Ou melhor, o passado foi patrimonializado com o objetivo de conservá-lo para o futuro. Dessa postura pragmática provém a concepção de monumentalidade e excepcionalidade que vigorou por muito tempo nos imaginários sobre o patrimônio e nas práticas preservacionistas ocidentais. Em suma, cabe ressaltar que tanto na Europa como no Brasil sobressaiu à concepção de quanto maior e mais suntuoso fosse à materialidade que se deveria preservar mais se legitimava a ideia de um passado grandioso, isso pelo menos até a passagem do século XX para XXI quando a concepção de patrimônio começa a se afastar do conceito de monumento histórico.

A intenção, com o exposto, foi mapear o modo como a concepção preservacionista de bens materiais surgiu e se consolidou na França a partir da ideia de monumentos históricos, entendidos aqui como parte de um passado selecionado para legitimar o conceito de nação propagada pelos Estados nacionais. A escolha pela análise do surgimento da ideia de preservação dos patrimônios franceses durante a consolidação do Estado nacional justifica-se no fato de que o modelo construído por eles influenciou outras práticas ocidentais, como por exemplo, a brasileira.

Dessa forma, as primeiras décadas de atuação do IPHAN foi pautada, primordialmente, na seleção e proteção dos patrimônios materiais de arquitetura colonial, de origem católica e europeia (FONSECA, 2009:114), os demais bens que não se encaixavam nessas peculiaridades passaram a compor o rol patrimonial decênios mais tarde. Compete mais

uma vez destacar que essa é a premissa que movimenta o presente estudo: compreender o processo de construção da prática preservacionista brasileira desde a criação do IPHAN e perceber os desdobramentos que levaram a criação da categoria imaterial.

2.1: A trajetória preservacionista do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

O início da história preservacionista brasileira pode ser localizado anterior à criação do órgão de proteção dos bens patrimoniais em 1937¹⁴. No ano de 1933, o então Presidente da República Getúlio Vargas (1882-1954) promulgou a Lei Federal nº 22.928 que entre outras atribuições erigia a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Após um ano o governo federal determinou com o parágrafo nº148 da Constituição de 1934 que:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).

Sinalizada na Constituição a emergência de se proteger o patrimônio cultural brasileiro, faltava formular uma legislação específica que atendesse as necessidades preservacionistas da década de 1930. Com isso, Gustavo Capanema (1900-1985), Ministro da Educação entre os anos de 1934 a 1945 do governo de Getúlio Vargas, encomendou ao diretor do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, Mário de Andrade (1893-1945), o esboço de um projeto destinado à defesa dos bens nacionais.

O intelectual prontamente atendeu o pedido de Capanema e poucos meses depois entregou um projeto de caráter “modernista” para o Ministro da Educação. Mário de Andrade possuía experiência com o tema do patrimônio já que na ocasião em que foi confiado a elaboração do anteprojeto (1936) o estudioso encontrava-se no cargo de funcionário público da prefeitura de São Paulo desenvolvendo trabalhos no Departamento de Cultura (DC) que havia sido criado em 1935. Os pressupostos que moviam as ações do DC pautavam-se, entre outros, na recuperação da imagem de São Paulo como um centro cultural e no retorno da cultura paulistana como um exemplo para o resto do país (RUBINO, 2002:144). Duas linhas de atuação

¹⁴ O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nesses quase 80 anos de atuação preservacionista mudou algumas vezes de sigla ao acompanhar as mudanças institucionais e as alterações no cenário político. Por exemplo, em 1937 foi criado para ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Durante a atuação do Presidente Fernando Collor de Mello o órgão preservacionista transformou-se no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e, após o processo de *impeachment* e no governo do Itamar Franco recuperou a sigla habitual IPHAN (SANTOS, 16:2001).

na área da pesquisa foram consolidadas pelo departamento municipal, a primeira baseada na “Sociedade de etnografia e folclore” e a segunda na “Sociedade de Sociologia” (RUBINO, 2002:144).

Mário de Andrade ficou conhecido como o “turista aprendiz” ou “viajante observador” (HECK, s/n: 2002) por ter viajado para vários lugares do interior do país e realizado diversos registros daquilo que entendia como cultura brasileira. Parte dessa experiência pode ser contemplada no livro intitulado *O Turista aprendiz*, lançado em 1976, reeditado e relançado pelo IPHAN em 2015. O escritor esboçava sua admiração tanto para as obras neoclássicas como para os saberes populares, por isso, foi considerado uma personalidade emblemática, “um poeta, romancista, pesquisador, etnógrafo, musicólogo, professor, ensaísta e documentarista, fomentador das artes e da cultura popular e inventor de políticas públicas” (WEFFORT, s/n: 2002). Devido a sua intuição e experiência sugeriu ao Ministro Capanema, o nome do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade para assumir a direção geral do órgão que seria criado posteriormente, fato que foi prontamente acatado após a criação do IPHAN.

Para a pesquisadora Maria Cecilia Londres Fonseca (2009: 99), a concepção de patrimônio cunhada por Mário de Andrade e presente anteprojeto de 1936 estava muito à frente do tempo do autor ou pelo menos do cenário político-cultural brasileiro no período de Getúlio Vargas. O texto, por exemplo, apresentava uma visão antropológica de cultura que será levada a cabo como projeto institucional apenas no final dos anos 1970 com as experiências do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e, posteriormente, com Aloísio Magalhaes (1927-1982) a frente do IPHAN. E, irá se consolidar enquanto uma política pública patrimonial apenas nos anos 2000 com a institucionalização do Decreto nº 3.551 que criou o registro dos bens imateriais. O Ministro da Cultura Francisco Weffort (1995-2002) ao escrever o texto de abertura da edição da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dedicada a Mário de Andrade (2002) enfatizou que o modernista pode ser considerado o principal inspirador das políticas culturais da década de 1970 e dos anos 2000 (WEFFORT, s/n: 2002).

O pensamento expresso por Mário de Andrade no anteprojeto apresentava uma visão que tentava equilibrar as diversas formas de expressão humana. O modernista defendia que todas as variações culturais deveriam ser valorizadas e preservadas pelo órgão que seria criado para esse fim. Sendo assim, tanto as expressões eruditas, como as populares, as arqueológicas, ameríndias e as artes aplicadas deveriam fazer parte da cultura brasileira, sem hierarquias e sem distinções. Como observa a pesquisadora e professora da UNICAMP, Silvana Rubino:

É essa visão antropológica que Mário alia ao conhecimento de artes aplicadas e arquitetura ao redigir, a pedido do ministro Gustavo Capanema, o anteprojeto para um serviço de patrimônio, o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, sem o “H”. Nesse seu muito mencionado trabalho, não previa a separação entre os adjetivos histórico e artístico, pois este último englobaria, no limite, tudo. “Todas as obras de arte” deveriam ser escritas em quatro livros de tombo e pertencer a, pelo menos, uma das oito categorias: arte arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira. Seu projeto é visivelmente informado por suas viagens de descoberta, de turista aprendiz, assim como pelas atividades que conduzia no DC (RUBINO, 2002:146).

Com isso, Rubino atribuiu as experiências desenvolvidas como funcionário público somada as experiências adquiridas pelas viagens realizadas pelo escritor Mário de Andrade, à ideia de cultura expressa no documento de 1936. Outra bandeira defendida por Andrade foi sobre “papel fundamental da educação para a formação de uma consciência do valor do patrimônio nacional” (WEFFORT, s/n: 2002). Contudo, daquilo que foi escrito pelo modernista no seu anteprojeto e o modo como o Decreto nº 25 de 1937 foi concebido, a cultura popular foi preterida se comparada as expressões eruditas e as artes aplicadas. Na opinião do jurista Joaquim Falcão (2001), não acatar como política pública a ampla concepção de patrimônio desenvolvida por Mário de Andrade: “Reduziu-se, assim, a consciência de nosso patrimônio, antes mesmo dela começar a existir. Por quê? O Brasil poderia ter sido mais ancho, estava ali a mão, bastava pegar a caneta. Não o foi. Por quê? As razões são muitas” (FALCÃO, 2001: 169). Um dos motivos que podem elucidar a escolha feita pelo IPHAN, nos seus primeiros anos de atuação, ao deixar de lado a proposta apresentada pelo modernista, foi a necessidade de se consolidar como uma instituição necessária para a sociedade e zelar pelo seu funcionamento durante o período ditatorial. A saber, o caráter antropológico presente na concepção de patrimônio exposto pelo autor não fazia parte do contexto intelectual do período, Rodrigo Melo Franco de Andrade enviou o anteprojeto para alguns intelectuais darem sugestões e como resposta obteve alguns comentários negativos, um deles foi da dirigente do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres. Tal fato pode elucidar a razão pela qual o anteprojeto modernista não foi adotado como a primeira legislação para a proteção dos bens nacionais.

O tema ficou por muitas décadas de fora das políticas oficiais e só voltou para os debates preservacionistas com a proposta empreendida pelo CNRC e que será desenvolvido no tópico 2.6 dessa seção. Sobre os usos que seriam feitos do seu anteprojeto Mário de Andrade estava muito ciente que este passaria por modificações para se adequar ao momento político de construção de uma identidade nacional pautada, sobretudo, nos ideais nacionalistas defendidos pelo governo do momento, assim o idealizador do anteprojeto de forma muito consciente expõe:

Dado o anteprojeto ao Capanema, eu bem sabia que tudo não passava de um anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias o que fiz e não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia. Não sou turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim, não temas jamais em me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto (ANDRADE, 1981: 60).

No texto do seu anteprojeto Andrade defendia uma cultura ampla, diversa e plural presente na “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência das coisas e dos fatos” (ANDRADE, 1981: 44). A citação, permite perceber uma ideia clara sobre as categoriais de materialidade e de imaterialidade, daquilo que era considerado como “arte patrimonial” pelo “turista aprendiz”. Sendo essa, uma das razões que permitem atribuir ao anteprojeto andradiano um caráter vanguardista e que influenciou as atuais políticas de patrimônio desenvolvidas a partir dos anos 2000 pelo IPHAN (WEFFORT, s/n: 2002).

O golpe de Estado que ocorreu em 1937 obrigou o adiamento da criação de um órgão federal de proteção dos patrimônios, porém, não atrapalhou a concretização dos esforços empreendidos por Gustavo Capanema e, no mesmo ano em que o Brasil se tornava uma ditadura, o Decreto-lei nº 25 foi assinado por Getúlio Vargas criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o tombamento foi instituído como a principal ferramenta de preservação dos patrimônios da nação. A partir de então, iniciou-se a construção física e ideológica do órgão preservacionista brasileiro.

2.2: O patrimônio a serviço da construção de uma identidade nacional.

Como já exposto, o Ministro da Educação do período varguista acatou a sugestão de Mário de Andrade e nomeou para o cargo de primeiro diretor-geral do SPHAN o jornalista Rodrigo Melo de Franco Andrade, que permaneceu na função de 1937 até 1967. Sua atuação à frente do órgão de preservação do patrimônio cultural brasileiro é reconhecida pela literatura que se dedica ao tema como a *Fase Heroica* (RUBINO, 1991; FALCÃO, 1994; GONÇALVES, 1996; FONSECA, 2009).

Coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de construir uma ideia de nação e forjar uma identidade brasileira a partir da seleção de materialidades. Era necessário consolidar o conceito de patrimônio histórico, para isso, o SPHAN e seus técnicos foram responsáveis por eleger os elementos que narravam a história da colonização do país (GONÇALVES, 1996: 43). Assim, nas décadas de quarenta e cinquenta, legitimou-se uma

prática institucional pautada na valorização de um passado nacional atrelado ao processo da colonização portuguesa. Os bens tombados, por sua vez, eram os vestígios materiais deixados pelos europeus durante os primeiros séculos de colonização, principalmente aqueles bens que estavam em um processo avançado de deterioração, depredados e abandonados ou aqueles que eram constantemente saqueados. Além disso, segundo o pesquisador José Reginaldo Santos Gonçalves (1996:68), o SPHAN da *Fase Heroica* não se dedicou apenas na preservação dos bens materiais, mas sobretudo, investiu em pesquisas e publicações “na área da história da arte e da arquitetura brasileira” a exemplo da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fundada em 1937 mesmo ano da criação do órgão nacional.

O jurista Joaquim Falcão (1994:24) ao realizar sua análise sobre a *Fase Heroica*, coloca que nesse momento não havia uma política de Estado voltada para os assuntos culturais, uma vez que, a cultura era entendida como aquela que era produzida e consumida apenas pela elite intelectual urbana, carioca e paulistana. Por essa razão, argumenta que o principal órgão institucional que se preocupava com a cultura no país limitou a sua atuação na preservação dos bens materiais.

Já para Aloísio Magalhães que atuou como diretor do IPHAN (1979-1982) e que será analisado mais adiante como um dos responsáveis por significativas mudanças na percepção do conceito de cultura e nas práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, expõe que os monumentos de pedra e cal exaustivamente tombados pelo SPHAN foram necessários, na medida que, possibilitavam mais visibilidade e permitiam uma ação educativa por parte do órgão, que precisava se consolidar ao forjar na sociedade uma consciência preservacionista (MAGALHÃES, 1985:29). Cabe expor que o argumento da educação aliada à preservação patrimonial estava presente também nos discursos andradianos, como pode ser observado com a citação a seguir:

Há que forçar um maior entendimento mútuo, um maior nivelamento geral da cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com atividade o erguimento em condição de receber mais luz. Tarefa que compete ao governo (ANDRADE, 1981:22).

Com o exposto acima, percebe-se que Mário de Andrade atribuíra uma áurea intelectual a um grupo de pessoas que atuavam na esfera institucional e considerava, ainda, a responsabilidade do Estado na educação e propagação cultural para a população. O modernista valorizava de forma demasiada a cultura popular, no entanto, o popular deveria ser iluminado

pelo erudito e quem deveria intermediar isso era o próprio governo. Assim, os projetos desenvolvidos durante sua atuação no DC do município de São Paulo tinham, sobretudo, uma função pedagógica levada a cabo pela Divisão de Bibliotecas, a Divisão de Educação e Recreio e a Discoteca pública.

Conforme analisado anteriormente, o destaque dado as culturas populares por Mário de Andrade no seu anteprojeto, não foi incorporado na legislação que fundou o IPHAN e instituiu o tombamento como a principal prática de reconhecimento e valorização dos bens nacionais. Contudo, em 1947, uma experiência fora do âmbito oficial de preservação, mais precisamente dentro do Ministério do Exterior, possibilitou o interesse e o desenvolvimento de estudos por diversos pesquisadores brasileiros¹⁵ sobre a cultura popular. Nesse contexto, surgiu a Comissão Nacional do Folclore (CNF),¹⁶ que integrava o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) órgão, por sua vez, ligado a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

Para o etnólogo, historiador e folclorista Edson Carneiro, as pesquisas sobre o folclore estabelecidas no âmbito da Comissão Nacional do Folclore continham o desafio de amenizar algumas desconfiças que determinados acadêmicos tinham em relação ao tema e que a julgavam como uma “ciência de curiosos” e “românticos”. Para desconstruir essa imagem, as pesquisas empreendidas no campo do folclore deviam “captar os processos pelos quais os fatos folclóricos emergiam nas comunidades e compreender sua função e importância para a sociedade” (1957: 108).

A Comissão Nacional do Folclore realizou alguns eventos com o intuito de aprofundar e consolidar os estudos no país e valorizar as pesquisas e produções fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Assim, ocorreram Semanas de Folclore nas cidades de São Paulo (1949), Porto Alegre (1950), Maceió (1952) e no Distrito Federal (1948). Além de dois Congressos nacionais (1951 e 1953) e um Congresso internacional com a participação de 32 países-membros da UNESCO. Os pesquisadores desse período defendiam que a melhor forma de preservar os elementos culturais populares do avanço industrial era a divulgação do folclore nacional (CAVALCANTI, 2001: 71). Os principais folcloristas do período, Luís da Câmara Cascudo (1898- 1986), Rossini Tavares de Lima (1915-1987), Renato de Almeida (1895-1981)

¹⁵ No Brasil, uma ampla movimentação em torno do folclore e da cultura popular iniciou-se na década de 1950, reunindo nomes como Cecília Meireles, Câmara Cascudo, Gilberto Freire, Arthur Ramos, Manuel Diegues Júnior, Renato Almeida e tanto outros (CAVALCANTI, 2001:71).

¹⁶ Sobre a Comissão Nacional do Folclore. Disponível em < http://www.comissaonacionaldefolclore.org.br/?i=pagina_inicial >. Acesso em 18 maio. 2015.

e Edson Carneiro dedicaram seus estudos, primordialmente, ao artesanato brasileiro, aos folguedos populares, as escolas de Samba, músicas populares, congadas, entre outros assuntos.

Em 1958, foi promulgado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), o Decreto nº 4317, que criou a Campanha de Defesa do Folclore, com o claro objetivo de (...) “instalar um trabalho permanente em prol do folclore, em prol das *raízes* dos costumes, aliado à forte sentimento educacional e principalmente à preservação, à manutenção do chamado fato folclórico” (LODY, 2008: IX).

Como exposto, a Comissão Nacional do Folclore quando surgiu não estava ligada ao IPHAN, órgão responsável pela preservação dos bens nacionais. Do mesmo modo, como será visto no próximo item o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) também nasceu à margem institucional e como a Comissão Nacional do Folclore, se interessou pelas manifestações culturais que não faziam parte das ações oficiais do IPHAN, contudo, ambos vão influenciar, com suas pesquisas sobre a cultura popular, as políticas de patrimônio que serão realizadas a partir da década de 1990 no Brasil.

2.3: Aloísio Magalhães e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Por que não se reconhece o produto brasileiro? Esse questionamento dirigido ao designer Aloísio Magalhães pelo Ministro Severo Gomes pode ser caracterizado como o marco inicial da sua atuação e da sua contribuição no campo cultural e patrimonial. Em 1975, ano da criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), o Brasil encontrava-se em plena ditadura militar, neste contexto, foi levado a cabo por Aloísio Magalhães uma ação, que para as análises aqui empreendidas é entendida como inovadora sobre a cultura brasileira, principalmente, na valorização das manifestações populares.

A ideia de se criar o CNRC surgiu a partir de encontros semanais entre o Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes (1924-1992), o Embaixador Wladimir Murtinho (-2002) e Aloísio Magalhães. Convém destacar que diferentemente do IPHAN, o Centro dialogou com outros ministérios além do Ministério da Educação, onde o órgão preservacionista estava alocado nos primeiros anos de atuação. As discussões entre os Ministros e Magalhães baseavam-se na contribuição da cultura nacional para o “desenvolvimento econômico” e na “definição de uma fisionomia própria dos produtos brasileiros” (MAGALHÃES, 1985: 38). Nesse contexto de debates interministeriais, foi firmado no dia 1º de julho de 1975 um convênio entre o Ministério da Indústria e Comércio, o governo do Distrito Federal e a Universidade

Federal de Brasília (UnB) para a criação de um grupo de trabalho que seria coordenado do início ao fim da sua existência por Aloísio Magalhães e que funcionou no campus da UnB.

Surgia assim, o CNRC com o propósito “estabelecer um sistema de referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira” (MAGALHÃES, 1985: 139). A equipe de pesquisadores possuía um caráter multidisciplinar e era composta por matemáticos, físicos, museólogos e antropólogos. Para o desenvolvimento dos trabalhos foram elaborados quatro programas de estudos: 1) Mapeamento da atividade artesanal; 2) Levantamentos socioculturais; 3) História da ciência e tecnologia no Brasil; e 4) Levantamento de documentação sobre o Brasil (MAGALHÃES, 1985: 38/39). Já as pesquisas desenvolvidas perpassavam três pilares: a identificação para a compreensão da dinâmica própria do bem cultural estudado, o registro através de gravações e filmagens e outros meios que garantissem a criação de uma memória e, por último, a devolução para a comunidade¹⁷. Destaque para essa última, que segundo o próprio Aloísio Magalhães:

Dos três estágios pelos quais a atuação do CNRC se manifesta – identificação, indexação e devolução – já foi possível colher expressivos resultados, sobretudo dos dois primeiros. Quanto ao terceiro, o mais importante e o que configura a finalidade principal do projeto, é o que representa a razão de ser deste documento (MAGALHÃES, 1985:65).

Assim, as comunidades produtoras de cultura¹⁸ passaram a desempenhar um papel de evidência nos projetos desenvolvidos no âmbito do CNRC. Os trabalhos tinham a pretensão de estudar e compreender os bens culturais caracterizados nas atividades humanas, ou seja, no “processo criativo dos costumes, hábitos e maneiras de ser” dos grupos (MAGALHÃES, 1985: 47). Segundo a estudiosa e uma das colaboradoras do Centro, Maria Cecília Londres Fonseca (2009: 147), as pesquisas buscavam apreender o processo de transformação e resistência ao tempo daquele bem cultural, a partir do ponto de vista da própria comunidade onde a manifestação se localizava.

As pesquisas desenvolvidas pelo CNRC seguiram a linha de pensamento do seu coordenador e, com isso, buscou-se utilizar uma metodologia de pesquisa que vinha de baixo para cima, dos saberes populares para a Instituição, um caminho contrário daquele realizado

¹⁷ Alguns dos projetos levados a cabo pelo Centro foram: o Museu Aberto de Orleans (SC), Análise sobre a produção de banana-passa na região fluminense (RJ); Análise sobre o uso da marca estampada em folha-de-flandres em Juiz de Fora (MG), Estudos sobre a fabricação de lixeiras com pneus usados no Nordeste; A tecelagem em teares de quatro pedais no Triângulo Mineiro (MG) e o Estudo multidisciplinar do Caju (PB).

¹⁸ Entende-se por comunidade produtora de cultura, todos aqueles que desempenham alguma prática cultural, manifestações corriqueiras do cotidiano dos grupos e que enriquecem a diversidade cultural brasileira, mas que não precisam estar inseridas em uma política pública de patrimônio.

durante a *Fase heroica* em que os conhecimentos técnicos determinavam a importância ou não importância dos bens culturais. A pesquisadora Fonseca (2009: 159) realiza uma análise sobre as “comunidades guardiãs do seu patrimônio” (MAGALHÃES, 1985:26), que perante a atuação do CNRC ocupavam um papel privilegiado, com isso argumenta que durante os anos setenta e início dos anos oitenta, os grupos não haviam se organizado, como ocorreu alguns anos após o fim do período da ditadura militar, os pesquisadores do CNRC sabiam disso, mas mesmo assim, defendiam a participação ativa dos produtores culturais no processo de construção e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro.

Para o idealizador do CNRC, o desenvolvimento econômico no qual o país almejava na década de 1970 tinha suas raízes nessas produções culturais que ele denominava de “pré-industriais”, nesse viés pode-se colocar que o Centro buscava os alicerces econômicos dos referentes culturais e não apenas o “purismo” da cultura popular. Por isso, um dos propósitos de Aloísio Magalhães (1997: 26) foi justamente a conscientização da sociedade e do governo sobre a importância dos bens culturais “esquecidos” pela política cultural desde 1937. Mas, afinal o que era bem cultural para Aloísio Magalhães, o autor assim responde:

Nós podemos inserir no conceito de bem cultural toda gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção de uma realidade que na verdade não está cristalizada, da qual sequer há ainda uma representação clara, mas que justamente pela sua fragilidade, pela sua vitalidade, pela sua importância como indicadores de uma formulação de identidade cultural, são bens que precisam ser preservados (MAGALHÃES, 1985:94).

A partir do exposto, coloca-se que o CNRC, deu um outro sentido ao conceito de patrimônio com o uso do termo referentes culturais. Para os pesquisadores do Centro, o termo referências culturais ampliava as possibilidades culturais e desconstruía a ideia de patrimônio consolidada com os bens materiais tombados durante a *Fase Heroica*, abrindo deste modo, espaço para a valorização das “manifestações culturais vivas, inseridas em práticas contemporâneas” (FONSECA, 2009: 152).

Quatro anos após a criação do CNRC, no dia 27 de março de 1979, Aloísio Magalhães foi designado para a direção-geral do IPHAN, que pelo Decreto nº 84.198/1979 deliberado pelo então Presidente João Figueiredo (1918-1999), tornava-se uma Secretaria, adotando novamente a sigla SPHAN. No mesmo mês, foi instituída a Lei nº 6.757 que possibilitou a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM). A partir desse novo contexto, a gestão cultural e patrimonial no Brasil passou a ser caracterizada como interministerial ao dividir-se da seguinte maneira: O CNRC, agora alocado dentro do SPHAN

desenvolvia a parte das pesquisas, o SPHAN continuava sendo um órgão normativo, mas envolvido desde então em novas ações e conceitos como a ideia de referente cultural defendida por Aloísio Magalhães, e a FNpM configurava-se como a parte operacional. Juntava-se ainda o Programa Cidades Históricas (PCH)¹⁹. Todos esses órgãos, unidos, tornaram-se responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Essa nova estrutura do SPHAN com Aloísio Magalhães na presidência foi possível devido a credibilidade do seu trabalho perante ao governo federal e pelo seu afastamento das questões políticas do momento, pode-se pensar que seu nome para assumir o órgão de preservação nacional foi uma consequência dos êxitos obtidos com os projetos coordenados por ele no CNRC. Ele próprio sabia que isso era possível, quando afirmou o seguinte em uma entrevista concedida à revista *Manchete* em junho de 1979: “Assim, por este lado, minha nomeação, para diretor do IPHAN não me causou surpresa, apesar de jamais ter pleiteado esse cargo” (MAGALHÃES, 1985:94).

A frente de um órgão interministerial como se configurou o SPHAN, Aloísio Magalhães transformou totalmente as medidas preservacionistas praticadas até então pelos seus dois últimos diretores, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967) e Renato Soeiro (1967-1979). No contexto de transformações incutidas pela gestão de Magalhães cabe destacar ainda a criação das diretorias regionais do SPHAN previstas desde 1976, e que não haviam sido estabelecidas até maio de 1979. Neste mesmo ano, foi inaugurada a 1ª diretoria regional da Instituição, com sede em Belém, agregando os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá e Roraima. Um ano mais tarde foi inaugurada a 2ª diretoria regional, agora com a sede em São Luís e compreendendo os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará (MAGALHÃES, 1985: 40).

Desse modo, Magalhães procurou firmar uma prática de descentralização administrativa e buscou valorizar a produção cultural brasileira, que até então privilegiava apenas a cultura produzida no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Para isso, o diretor do SPHAN viajou e visitou inúmeros lugares que ele reconhecia como produtores de cultura. Além do mais, Aloísio Magalhães adotou a prática dos Seminários com o propósito de facilitar o diálogo com as comunidades.²⁰

¹⁹ O Projeto Cidades Históricas (PCH) surgiu com o objetivo de realizar estudos sobre a situação do patrimônio histórico no Nordeste. Os trabalhos desenvolvidos na região pautaram-se na restauração de prédios deteriorados para serem novamente ocupados pela população e também para serem utilizados para fins turísticos. O programa ainda, apoiou atividades culturais como uma forma de ocupação desses centros históricos (IPHAN, 1980: 21/22).

²⁰ Seminário Ouro Preto (MG) Seminário Paraty (SP), Convenção sobre a Renovação Urbana de Praia Grande, em São Luís do Maranhão (MA); Encontro de Defesa do Patrimônio em Olinda (PE) entre outros. Todos os eventos ocorrerão em 1979 (MAGALHÃES, 1985: 39).

Vários êxitos podem ser percebidos durante atuação do Aloísio Magalhães a frente primeiramente do CNRC e, posteriormente como diretor-geral do SPHAN. Nesse sentido, Maria Cecília Londres Fonseca pontua alguns elementos que facilitaram a atuação do designer. Para a autora o idealizador do CNRC gozava de uma certa credibilidade dentro do cenário político ditatorial, por não se vincular a nenhum partido e nem deixar transparecer nenhuma preferência política, além do mais, suas ações estavam voltadas totalmente para a área da cultura, principalmente a cultura popular. A estudiosa pontua, ainda, a retórica e originalidade do seu discurso ao conseguir convencer a todos das suas ideias, até mesmo os Presidentes da República:

O tom novo e moderno que é atribuído ao discurso de Aloísio Magalhães decorre não exatamente dos temas propostos, mas do modo como os elabora e do significado que lhes confere, tendo em vista um projeto para a nação. Pela primeira vez, desde 1964, a expressão “segurança nacional” está totalmente ausente de um discurso oficial cujo o tema é cultura (...) (FONSECA, 2009: 161).

Aloísio Magalhães, assim como Mário de Andrade, apresentou um discurso patrimonial que se diferenciava das práticas preservacionistas em voga até os anos 1980. E os dois intelectuais, mesmo localizados em espaços temporais distantes com uma diferença de cinquenta anos, contribuíram de alguma forma para a construção do conceito de patrimônio cultural imaterial como é conhecido atualmente. Aloísio Magalhães, à frente do CNRC e do SPHAN expôs um pensamento ousado para época ao relacionar desenvolvimento econômico, a cultura brasileira e os seus produtos. Defendeu que era preciso valorizar o processo criativo das comunidades sem “tolher”, congelar ou modificar. Assim, as ações empreendidas por Aloísio na década de 1970 “antecipou questões que hoje estão na ordem do dia, como a proteção dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais e eles associados” (FONSECA, 2003: 235)²¹. Por isso, o texto aqui apresentado reconhece a contribuição das pesquisas empreendidas pelo CNRC para os debates atuais em torno do patrimônio cultural imaterial.

Aloísio Magalhães veio a falecer em Veneza no ano de 1982, mas as ações empreendidas no âmbito do CNRC reverberaram nas medidas preservacionistas do IPHAN na década de 1980. Sob o comando de seu sucessor Marcos Villaça ocorreu em 1986 o tombamento do Terreiro Casa Branca do Engenho Velho (Sociedade São Jorge do Engenho

²¹ Um texto escrito na ocasião das comemorações dos 15 anos do Decreto nº 3.551 pelo IPHAN e disponível em seu site, atribuiu o reconhecimento da produção artesanal e do produto cultural como um processo defendido por Aloísio Magalhães nas décadas de setenta e oitenta como o principal legado deixado pelo diretor do IPHAN e que influenciou a atual legislação brasileira para a proteção dos bens imateriais. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216/aloisio-magalhaes> >. Acesso 15 Nov. 2015.

Velho ou Ilê Axé Iyá Nassô Oká) com a justificativa técnica embasada em preceitos antropológicos e com o seu registro no *Livro Tombo Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Essa ação preservacionista do IPHAN inaugura a participação, um pouco tímida, dos outros grupos sociais que enriquecem e diversificam a cultura brasileira, mas que até então, não eram considerados pela prática de tombamento vigente durante a *Fase Heroica*.

Apresentou-se assim, as acepções sobre patrimônio ocorridas fora do âmbito institucional, mas que foram basilares para a nova concepção que passou a vigorar após a Constituição de 1988, que modificou o conceito de patrimônio ao incorporar a natureza imaterial. Compreender a trajetória do patrimônio brasileiro dentro e fora das ações oficiais do IPHAN se faz necessário na medida que este trabalho considera a perspectiva histórica do patrimônio e, por isso, mesmo passível de ser analisada como um processo cultural e como uma prática social (SMITH 2006).

Capítulo 3. A construção do conceito de imaterialidade: um debate teórico.

É evidente que conceitualizações e re-conceitualizações que visem à ampliação das visões da cultura, do fazer cultural, do patrimônio e de nossas heranças culturais serão, em princípio, sempre bem-vindas. Diante da extrema riqueza da criação cultural brasileira, da diversidade das matrizes antropológicas que convergiram historicamente para produzir a nossa configuração específica e da multiplicidade presente dos nossos focos culturais (GIL, 2006: s/n).

Os detentores desse patrimônio comum não são, portanto, agentes anônimos do processo produtivo, ou criadores culturais em abstrato. São seres humanos por completo. Suas contribuições à humanidade são algo que se decanta de sua existência, são realidades cognitivas, estéticas, morais, religiosas, políticas e afetivas. São interpretações e soluções inovadoras e originais a problemas genericamente humano. E, como tais, merecem apoio político e financeiro, proteção jurídica e salvaguarda pelo Estado (ARANTES, 2005: 5).

Os sentidos e percepções sobre os patrimônios não cabem mais na tríade teórica e prática: material-monumental-excepcional- e, com isso, os debates em torno de sua imaterialidade ganham tônica com as reflexões empreendidas pelos estudiosos interessados no assunto. A justificativa por trazer este debate para o trabalho aqui desenvolvido baseia-se na ideia de que o patrimônio analisado a partir de uma perspectiva histórica permite a análise conceitual que extrapola, crítica e pode reinventar concepções jurídicas e institucionais.

A partir disso, cabe iniciar as discussões com uma afirmação da estudiosa Laurajane Smith, pesquisadora vinculada ao *Centre of Heritage and Museum Studies* da *Australian National University*: os patrimônios não são autoexplicativos do seu valor e importância e as acepções que envolvem o tema acontecem no campo das relações sociais (2006: 05). A autora ao analisar o tema do patrimônio o insere dentro dos processos sociais, assim, considera que os bens culturais são constituídos pelas escolhas realizadas pelos diversos segmentos da sociedade, como as instituições, comunidades e os grupos detentores dos saberes.

Na introdução da obra intitulada *Uses Of Heritage* (2006), ainda sem tradução no Brasil, a autora desenvolve seu argumento a partir da ideia de: “authorized heritage discourse” (2006: 04), ou, discurso autorizado do patrimônio (DAP), em uma tradução livre para o português. Para a pesquisadora, o patrimônio pode ser analisado como um discurso por fazer parte das práticas sociais. Assim, expõe que o discurso autorizado do patrimônio é normalmente aquele construído por uma instituição, no caso do Brasil pode-se pensar no discurso do IPHAN, e assim, esse discurso torna-se o responsável por organizar o modo como o patrimônio é compreendido, gerido e até mesmo descartado, além de, quando necessário, apagar os conflitos

existentes. Para Smith esse discurso modificou-se nos diferentes contextos e no decorrer do tempo, entretanto, uma característica permaneceu inalterada por algumas décadas, a valorização e preservação dos patrimônios materiais. Portanto, o discurso autorizado naturalizou a ideia do patrimônio ligado, sobretudo, às identidades nacionais ao incorporar determinados valores que consolidaram o conceito de monumentalidade.

Neste sentido, o discurso autorizado do patrimônio pode ser caracterizado também como um discurso dos especialistas, que privilegia os conhecimentos técnicos em detrimento dos outros tipos de conhecimento. Porém, segundo a autora, há uma série de práticas populares que desestabilizam os discursos autorizados e a ideia consolidada de patrimônio atrelada às identidades nacionais. Nesse sentido, expõe que o surgimento do conceito de imaterialidade serviu principalmente para desafiar a ênfase dada aos bens materiais e o desejo preservacionista de congelar o passado através dos monumentos.

Por todos esses motivos que parte dos argumentos empreendidos pela autora na introdução da sua obra de 2006 são utilizados neste texto. Visto que, ao analisar a construção e consolidação da ideia de patrimônio imaterial dentro das políticas patrimoniais no Brasil, percebe-se que a intangibilidade do conceito desestabilizou as práticas preservacionistas do tombamento e impulsionou o surgimento da salvaguarda dos bens imateriais.

Neste sentido, o ofício praticado pelos artesãos de Goiabeiras, pode ser compreendido como um exemplo em que uma prática comum (fazer panelas de barro utilizando técnicas específicas) tornou-se interessante para os discursos autorizados do patrimônio do IPHAN e, nesse caso, podemos incluir os setores turísticos e de negócios. A análise pode ir além e sugerir que no caso dos artesãos de Goiabeiras esses discursos foram incorporados pelos fabricantes de panelas, visto que, muitos acreditam e reproduzem a ideia de que são os legítimos detentores do conhecimento sobre a produção das panelas de barro preta e utilizam isso a seu favor ao explicar que os utensílios feitos por eles compõem o patrimônio brasileiro.

Neste sentido, cabe considerar a importância dos “discursos não autorizados” (SMITH, 2006:4), que são aqueles que desafiam a oficialidade ou que existem independentemente das chancelas patrimoniais. Como também no caso das panelas de barro que já eram fabricadas antes do processo institucional e não foram simplesmente inventadas pelos discursos oficiais. O que se conclui com isso é que os discursos “autorizados” são aceitos embora não exclusivos.

José Reginaldo Santos Gonçalves, professor titular do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, defende que os patrimônios, selecionados e protegidos pelos órgãos oficiais não podem

ser encarados apenas como algo que foi “inventado” pelas políticas de patrimônio do Estado. Para o autor, esses patrimônios precisam encontrar *ressonância* na sociedade, ou seja, devem alcançar o universo simbólico e de compreensão dos indivíduos, pois só assim, as pessoas vão se identificar e aceitar aquele bem como sendo seu (2005: 214). Portanto, os argumentos do pesquisador vão ao encontro daqueles defendidos por Laurajane Smith (2006), quando afirma que a concretização das seleções patrimoniais realizadas pela oficialidade quando rejeitadas pelos membros da sociedade, são esquecidos, abandonados e depredados.

Ao analisar o processo de preservação dos patrimônios brasileiros percebe-se que os intelectuais e técnicos que atuaram no IPHAN nos últimos decênios foram os responsáveis pelos discursos autorizados conferidos aos bens nacionais. Contudo, a pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca (2009), ao tecer considerações sobre o assunto, explica que os discursos institucionais modificaram-se no decorrer do tempo, uma vez que, o IPHAN, em todos esses anos de atuação primeiro prezou pela proteção dos bens que representavam os “fatos memoráveis”, como os vestígios da colonização europeia; já nas décadas de 1990 e 2000, o escopo valorativo do Instituto passou a considerar, igualmente como importante, o passado nacional pautado na “formação da sociedade brasileira” a partir do encontro cultural de negros, índios e europeus. Nesse sentido, os discursos autorizados materializados nas práticas preservacionistas e de salvaguarda buscam cumprir a função de convencer as pessoas que determinado patrimônio é parte da sua história (SMITH, 2006; GONÇALVES, 2005).

Por todos esses motivos elencados, Fonseca defende a aceção do patrimônio como uma construção social, na qual estão envolvidas diversas pessoas, sejam elas profissionais da área ou não, localizadas em temporalidades e espaços diferentes (FONSECA, 2009: 35). Do mesmo modo, Laurajane Smith considera que os valores que as pessoas (especialistas ou leigos) agregam aos patrimônios são fundamentais no processo de preservação ou de esquecimento do mesmo (SMITH, 2006: 55).

Ulpiano Bezerra de Meneses, historiador e arqueólogo da Universidade de São Paulo, expõe que os valores atribuídos pelas pessoas, grupos e instituições são os responsáveis por determinar o que tem ou não importância como patrimônio (2012: 25). Menciona, ainda, que existem dois tipos de valores que podem ser analisados. O primeiro, denominado “oficial”, que pertence ao grupo de especialistas, professores ou guias turísticos. Quanto ao segundo, são aqueles vivenciados pelos indivíduos e que muitas vezes estão longe de serem compreendidos pela oficialidade. Sobre o assunto, exemplifica com a seguinte situação:

Nessa imagem, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: - “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós (MENESES, 2012: 26).

A frase denota uma situação de antagonismo dos valores conferidos pela oficialidade e não oficialidade a um único patrimônio. Sobre o assunto, o presidente do IPHAN entre os anos de 2004 e 2006, Antonio Augusto Arantes, defende que parte dos “insucessos” de determinadas ações preservacionistas praticadas pelo Estado ocorrem justamente pelo descrédito atribuído às comunidades ao serem impedidas e até mesmo excluídas de participarem dos projetos oficiais (2004: 09). A partir dos argumentos esboçados, considera-se que os processos de preservação e salvaguarda dos patrimônios necessitam da participação tanto dos especialistas como dos indivíduos pertencentes ao grupo onde determinado bem se localiza.

3.1: Patrimônios materiais e imateriais concebidos como partes de um todo.

No cenário preservacionista brasileiro o patrimônio cultural pode ser analisado considerando-o dentro de uma perspectiva história onde primeiro surgiu à ideia dos bens materiais dignos de proteção e décadas depois nasceu à necessidade de salvaguardar os bens não palpáveis (que será analisado mais detalhadamente no tópico 3.3 dessa seção), o resultado disso foi que na ação institucional o patrimônio foi e é compreendido ou como material ou como imaterial. Contudo, o professor Jorge Coli, Livre-docente em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas empreendeu a seguinte reflexão em um artigo dedicado a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*: “O que é um patrimônio? Algo que se situa entre a matéria e o pensamento, que pode estar em um desses termos” (COLI, 2012: 67). A partir da colocação é possível realizar uma análise que considera que o conceito repousa na matéria e no pensamento e não se limita em apenas um ou outro.

Sobre o assunto, a especialista Maria Cecília Londres Fonseca (2009: 68) afirma que o patrimônio cultural é constituído pela sua dimensão material e pelos sentidos que lhes são atribuídos, argumenta assim, que as vertentes materiais e imateriais são “duas faces de uma

mesma moeda” (2009: 68). Igualmente como afirmado por Ulpiano Bezerra de Meneses em um discurso proferido na *Conferência Magna* do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural²².

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre *vetores materiais*. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo o patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez, todo o patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas, basicamente operacionais (MENESES, 2012: 31).

Ideia também defendida pela professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) Izabela Tamaso (2005: 32), ao argumentar que a imaterialidade do patrimônio só ocorre se existir um “apoio material”.

Creio que, quando os impactos se dão no âmbito da esfera material da manifestação cultural, é porque, de alguma maneira atingiram a esfera do intangível e vice-versa. Não são caracteres interdependentes: um só existe pelo e para o outro. Os impactos quando afetam um sistema cultural, fazem-no tanto do ponto de vista do material quanto do intangível (TAMASO, 2005: 32).

A partir dos argumentos expostos as naturezas materiais e imateriais fazem parte de um sistema único de significações que só podem existir juntos e não separados. As panelas de barro pretas se enquadram nessa rede de sentidos que qualificam o patrimônio como um campo complexo. Sendo assim, mesmo que apenas conhecimento sobre a fabricação das panelas de barro interessa às políticas de patrimônio, o objeto panela é considerado como parte desse bem cultural. A justificativa institucional de preservar o conhecimento e garantir sua transmissão repousa na ideia de que o saber adquirido e repassado é a melhor forma manter o referente cultural. Apreende-se, com isso, que os patrimônios materiais e imateriais fazem parte de um “conjunto único e coerente, e só podem representar as complexas relações sociais se forem concebidos não isolados, mas como parte integrante de seus ambientes físicos, culturais, naturais e não físicos” (LÉVI-STRAUSS, 2006: 79). Desse modo, os debates aqui apresentados pretendem realizar uma análise do patrimônio a partir da relação das naturezas materiais e imateriais.

²² “O I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural enseja uma ampla avaliação das atividades não só do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, como também dos municípios detentores de tombamentos federais e comprometidos com a articulação decorrente da criação, no início de 2009, de uma associação nacional para congregá-los. O fato de o balanço dos resultados do Iphan ter transcorrido durante um encontro que envolveu os municípios revela o primeiro ponto positivo da atual política de patrimônio no país, a qual se resume na prática do diálogo e da parceria como instrumentos de trabalho” (IPHAN, 2012).

No campo internacional a UNESCO possui larga influência internacional no que diz respeito às diretrizes de acautelamento e salvaguarda dos patrimônios espalhados pelo mundo, sobretudo aqueles localizados no território ocidental. Desde o final da Segunda Guerra Mundial o órgão propõe debates, recomendações e organiza convenções para a proteção tanto daqueles patrimônios de valor excepcional para a humanidade, como aqueles que se encontram em perigo devido os conflitos bélicos. Contudo, nos primeiros anos do século XXI, os debates empreendidos pela UNESCO com os países signatários receberam novos contornos e perspectivas. A saber, no ano de 2003 o órgão promoveu a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* e definiu uma nova categoria do patrimônio, exposta a seguir:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003).

Destaca-se no texto, a preocupação da UNESCO em proteger as práticas que existem no interior dos grupos produtores de cultura e transmissores de saberes ao considerá-las patrimônios. Convém destacar que o “patrimônio da humanidade” sob a nova perspectiva delineada pelo órgão internacional ultrapassou as fronteiras materiais e de excepcionalidade que eram valorizados até o início do século XX.

O *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* se enquadra na diretriz estabelecida pela UNESCO. Deste modo, antes de tornar-se um “Ofício” reconhecido e salvaguardado pelo IPHAN, os artesãos de Goiabeiras trabalhavam na fabricação das painéis de barro e os métodos empregados, anterior ao processo institucional, pouco se alteraram, podem ter se adaptado, porém, as técnicas de fabricação são realizadas há muitos decênios. Com esse exemplo, coloca-se que os praticantes do patrimônio imaterial não tiveram que se adaptar a uma diretriz, Convenção ou legislação, o processo foi o contrário, os documentos construídos para a salvaguarda desses bens tentaram respeitar a mutabilidade e a dinâmica presente nessas manifestações. Cabe assim, explanar mais um fragmento da Convenção elaborada pela UNESCO em 2003 e, posteriormente, comparar com as práticas presentes entre os mestres de Goiabeiras:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover

o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2003).

Desse modo, compete destacar que a acepção de patrimônio imaterial conferida pela UNESCO está presente nas práticas culturais que constituem o ofício das *Paneleiras de Goiabeiras*. Como as técnicas empregadas e os instrumentos utilizados pelos artesãos, a ideia de transmissão do conhecimento da produção das placas de barro, destaque para a ênfase dada na difusão dos saberes pelo viés feminino e que está presente tanto nos discursos do IPHAN como nas palavras dos detentores desse saber; e, por fim, a interação com a natureza ao retirar dela o barro como matéria-prima e utilizarem a cuia, a pedra de rio e a vassourinha de muxinga.

Como colocado anteriormente, as diretrizes estabelecidas pela UNESCO são acatadas e praticadas por grande parte dos países signatários, contudo, isso não significou uma participação igualitária e nem uma política de patrimônio capaz de contemplar toda a diversidade cultural. Nessa linha argumentativa, na reflexão levada a cabo pelos estudiosos Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, a incorporação da acepção imaterial do patrimônio possibilitou um alargamento do conceito para além da Europa. Os autores observam que 85% dos bens imateriais registrados em 2008 encontravam-se em países da América Latina, do Caribe, da África, dos países Árabes, Ásia ou Pacífico, aparecendo com pouca expressão os bens localizados na Europa e na América do Norte. A partir disso, argumentam que:

O predomínio dos continentes periféricos na luta pela valorização do patrimônio imaterial pode ser entendido, provavelmente, como revelador de uma disjunção, como vimos antes, entre a alta e a baixa cultura. A cultura arquitetônica e artística predominante no patrimônio cultural associa-se às elites; a “civilização” está sobre-representada nos tombamentos da Unesco. Como contraponto, o caráter periférico, popular e simples, por assim dizer, da cultura imaterial favoreceu o predomínio do mundo periférico (FUNARI & PELEGRINI, 2008: 60).

A pressão para se preservar os patrimônios não europeus surgiu, segundo Márcia Sant’Anna (2009), de uma concepção patrimonial propagada pelos países asiáticos, que valoriza mais o processo do que o produto. Nesse sentido, o indivíduo ou grupo detentor do saber é estimado por sua capacidade de conhecer e transmitir os saberes. Nesta lógica, os valores de imaterialidade (processo) se sobrepõem à materialidade (produto). A seguir com seus argumentos, a autora analisa o exemplo japonês:

Quando nos anos 1950 o Japão instituiu a primeira legislação de preservação de seu patrimônio cultural, não foram obras de arte e edificações seu alvo. Em vez disso, o país deu apoio e incentivo a pessoas e grupos que mantêm as tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas que compõem esse patrimônio. Como se vê concepções de patrimônio e preservação completamente diferentes das ocidentais (SANT'ANNA, 2009: 52).

Cabe por fim, explicar que na ocasião da elaboração da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, o Diretor-geral da UNESCO era Koichiro Matura, de ascendência japonesa e que permaneceu no cargo entre os anos de 1999 e 2009 (LÉVI-STRAUSS, 2006:80). No Brasil, o IPHAN adiantou-se em relação às ações internacionais, uma vez que, três anos antes da Convenção proposta, a Instituição brasileira já havia elaborado sua própria ferramenta jurídica de salvaguarda, instrumentalizada no Decreto nº 3551/2000. E na data da referida Convenção (2003), o órgão nacional havia providenciado o registro de alguns bens imateriais, como, o ofício praticado pelas *Paneleiras de Goiabeiras* que foi institucionalizado em 2002.

3.2: A construção institucional do processo de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil.

O cenário das políticas patrimoniais no Brasil no início dos anos 2000 foi marcado por inovações nas ações institucionais. O IPHAN adotou uma postura divergente daquela que vinha seguindo desde a década de 1930 ao incorporar medidas de salvaguarda dos patrimônios imateriais nas ações preservacionistas. Alguns pesquisadores (MENESES, 2012; SOUZA E CRIPPA, 2011), analisam que no âmbito jurídico e gerencial o patrimônio cultural passou a ser concebido a partir das naturezas materiais e imateriais, caracterizadas por dois lados aparentemente antagônicos. Ulpiano Bezerra de Meneses avalia a problemática em questão da seguinte maneira:

Consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que novas diretrizes constitucionais parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens (MENESES, 2012:34).

A partir do que foi mencionado pelo pesquisador, vale lembrar que a ideia de imaterialidade passou a fazer parte das políticas preservacionistas do IPHAN após quase cinquenta anos do Decreto-Lei nº 25 de 1937, no qual criou o Instituto e estabeleceu o

tombamento como a principal ferramenta de proteção dos bens da nação. Já a noção de patrimônio imaterial surgiu nos debates oficiais na década de 1990 e se concretizou como instrumento normativo nos anos 2000 através do Decreto nº 3551. Logo, os bens culturais materiais e imateriais nasceram em momentos distintos, por isso, ao expor suas duas naturezas não se pretende privilegiar o imaterial em detrimento do material, visto que, são entendidas como parte do mesmo processo histórico das políticas de patrimônio no Brasil.

A prática do tombamento inaugurada nos primeiros anos de atuação do IPHAN favoreceu principalmente as materialidades que representavam a colonização europeia, branca e católica, assim, os elementos que fugissem a regra estabelecida eram silenciados. A saber, se no mesmo sítio fossem encontrados artefatos portugueses, indígenas e africanos, os dois últimos não eram resguardados pela lei de proteção dos patrimônios nacionais vigentes a partir da década de 1930 (FONSECA, 2009: 61). Contudo, tal postura institucional alterou-se tendo em vista o artigo 216 do texto constitucional de 1988, que alargou a concepção de patrimônio cultural ao incorporar o conceito de imaterialidade como se vê a seguir:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2000).

Vislumbra-se com o exposto, que o IPHAN precisou refinar seu discurso patrimonial com o que foi determinado pelo documento de 1988 e que o início dos trabalhos com a temática imaterial só ocorreu após a menção no documento em questão, contudo, como já explanado anteriormente, outras esferas como o CNRC e a Comissão Nacional do Folclore já haviam valorizado a temática da cultura popular. Como o tema desenhava-se novo no âmbito do Instituto de preservação, os técnicos, profissionais e intelectuais tiveram que refletir sobre os mecanismos de proteção que eram coerentes à recém-criada vertente patrimonial. Dito isso, entende-se que a postura dicotômica obedeceu às mudanças conceituais e de gestão que surgiram durante os anos de atuação do órgão.

3.3: Debates e ações empreendidos na década de 1990.

Como parte das comemorações do sexagésimo aniversário do IPHAN foi realizado no ano de 1997 em Fortaleza o *Seminário Internacional "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção"*. A atividade inaugurou a reflexão sobre o conceito de patrimônio imaterial brasileiro pelo IPHAN, contudo, cabe lembrar que o anteprojeto esboçado por Mário de Andrade em 1936, os estudos sobre o folclore brasileiro realizadas pelo CNFCP na década de 1950, e os projetos empreendidos pelo CNRC na década de 1970 e 1980 foram ações que emergiram fora do campo de atuação do Instituto de preservação do patrimônio brasileiro e que forneceram, com os resultados dos trabalhos, um rico material que serviu de combustível para a temática do patrimônio imaterial.

A principal premissa do *Seminário* repousou na reflexão e debate sobre as estratégias adequadas para a proteção dos patrimônios categorizados como imateriais, que segundo a Constituição, passaram compor os patrimônios nacionais junto com os bens de pedra e cal. Para isso, foram compartilhadas as experiências brasileiras e as internacionais entre os representantes de instituições públicas e privadas, membros da UNESCO e da sociedade civil. Desse modo:

O objetivo do Seminário foi recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens "portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Artigo 216 da Constituição). Considerados em toda sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, "as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas", com especial atenção àquelas referentes à cultura popular (IPHAN, 1997).

O *Seminário* propôs ainda a análise do conceito de imaterialidade no intuito de compreender o que poderia ser considerado patrimônio imaterial. Sobre os principais desdobramentos do evento pode-se listar: a *Carta Fortaleza*; o desenvolvimento de estudos voltados para a elaboração de um instrumento de proteção adequado para a natureza imaterial do patrimônio e a criação de uma *Comissão* e de um *Grupo de Trabalho* sobre a temática (SANT'ANNA, 2006:16).

Conforme elucidado, um dos frutos do *Seminário* foi a *Carta Fortaleza*. A base de elaboração do documento constatava que o patrimônio brasileiro era constituído por uma rica diversidade cultural e que devido as atribuições do IPHAN, que já era o responsável pela preservação dos patrimônios materiais, o órgão deveria somar esforços na elaboração de um projeto de proteção específico para os bens intangíveis e, por último, que passados nove anos do artigo 216 da Constituição, a Instituição não havia se posicionado perante as demandas da categoria imaterial e que isso se fazia urgente (IPHAN, 1997). Ressalta-se, que um dos objetivos do documento era “pressionar” o IPHAN para a reflexão sobre as mudanças sociais e, consequentemente, as transformações culturais e patrimoniais em vigor na década de 1990.

Em suma, tanto o *Seminário* como a *Carta* proveniente dele, podem ser compreendidos como o momento em que o IPHAN aceita a participação dos grupos sociais²³ nos debates e ações que até então ocorriam apenas entre os especialistas. Neste sentido, o professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Antonio Gilberto Ramos Nogueira, sinaliza que os movimentos sociais trouxeram um novo sentido aos patrimônios culturais, que têm sido cada vez mais reivindicados e cada vez menos herdados (NOGUEIRA, 2014:64).

A plenária que reunia membros do próprio Instituto, de órgãos privados e públicos, da UNESCO e da sociedade civil, elaborou o documento em discussão e exigiu, antes de qualquer postura efetiva, que o órgão refletisse sobre essa nova demanda patrimonial. A *Carta Fortaleza* também sugeriu a adoção da prática do inventário e o registro como alternativa ao tombamento e, por fim, a criação de um *Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial* (GTPI). Todas as recomendações foram acatadas pelo Ministério da Cultura e até mesmo tornaram-se ferramentas de salvaguarda oficiais, todavia, após a realização do *Seminário* e a elaboração da *Carta* um longo caminho foi percorrido até a instituição do Decreto nº 3.551/2000. Destaca-se a seguir alguns fragmentos da *Carta* em questão:

O plenário, considerando:

- 1 - A crescente demanda pelo reconhecimento e preservação do amplo e diversificado patrimônio cultural brasileiro, encaminhada pelos poderes públicos e pelos sociais organizados;
- 3 - Que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, conforme determina a Constituição Federal;
- 4 - Que os bens de natureza imaterial devem ser objeto de proteção específica;

²³ Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) consideravam as comunidades como fundamentais e constituidoras dos referentes culturais. Contudo, os grupos sociais na década de 1970 não estavam organizados e não tinham consciência do papel basilar que desempenhavam no plano cultural. Durante a década de 1990 isto mudou e os movimentos sociais caracterizados nos diversos grupos culturais passaram a exercer grande influência nas políticas públicas, inclusive aquelas voltadas para a cultura.

5 - Que os institutos de proteção legal em vigor no âmbito federal não se têm mostrado adequados à proteção do patrimônio cultural de natureza imaterial; Propõe e recomenda

1 - Que o IPHAN promova o aprofundamento da reflexão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial, com a colaboração de consultores do meio universitário e instituições de pesquisa;

2 - Que o IPHAN, através de seu Departamento de Identificação e Documentação, promova, juntamente com outras unidades vinculadas ao Ministério da Cultura, a realização do inventário desses bens culturais em âmbito nacional, em parceria com instituições estaduais e municipais de cultura, órgãos de pesquisa, meios de comunicação e outros;

3 - Que o Ministério da Cultura viabilize a integração do referido inventário ao Sistema Nacional de Informações Culturais;

4 - Que seja criado um grupo de trabalho no Ministério da Cultura, sob a coordenação do IPHAN, com a participação de suas entidades vinculadas e de eventuais colaboradores externos, com o objetivo de desenvolver os estudos necessários para propor a edição de instrumento legal, dispondo sobre a criação do instituto jurídico denominado registro, voltado especificamente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial; e Carta de Fortaleza de 14 de novembro de 1997

5 - Que o grupo de trabalho estabeleça as necessárias interfaces para que sejam estudadas medidas voltadas para a promoção e o fomento dessas manifestações culturais, entendidas como iniciativas complementares indispensáveis à proteção legal propiciada pelo instituto do registro. Essas medidas serão formuladas tendo em vista as especificidades das diferentes manifestações culturais, e com a participação de outros agentes do poder público e da sociedade (IPHAN, 1997).

Com seus propósitos explanados, o documento elaborado em Fortaleza forçava a dilatação da acepção patrimonial e realinhava o conceito a partir características que envolvem a temática, como as vertentes materiais e imateriais. Nesse viés, o Ministério da Cultura buscou atender as diretrizes do documento de 1997, bem como reunir um grupo de profissionais que se dedicasse ao assunto para compor uma *Comissão*²⁴ e o *Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial* (GTPI)²⁵.

A Comissão instituída em 1998 trabalhou principalmente na elaboração de uma proposta “visando à regulamentação do acautelamento do patrimônio imaterial” (MinC/IPHAN, 2006). Membros do GTPI, por sua vez, estudaram por cerca de dezessete meses os casos brasileiros e a jurisdição internacional sobre o assunto. Os debates empreendidos por esses dois grupos defenderam que o conceito de imaterial ou intangível, entendido aqui com a mesma finalidade, designava um conjunto de práticas sociais que abarcavam os objetos, saberes, lugares e as celebrações vividas pelas pessoas, grupos e comunidades. Ao final de

²⁴ Constituído por Joaquim Falcão, Marcos Vilaça e Thomas Farkas, Eduardo Portella (IPHAN, 2006: 16).

²⁵ Constituído por Márcia Sant’Anna, Célia Corsino, Ana Claudia Lima e Alves, Ana Gita de Oliveira, Maria Cecília Londres Fonseca, Claudia Marcia Ferreira, Ana Maria Roland e Sidney Fernando Sollis (IPHAN, 2006:16).

quase dois anos de estudos o principal fruto deixado pelo GTPI foi concretizado no Decreto nº 3.551/2000.

Capítulo 4. O processo institucional da panela de barro.

Assim, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta de instituição e regulamentação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. No momento em que celebramos os 500 anos do Descobrimento do Brasil e o encontro de todos os povos e culturas que compõem a nação, o Registro amplia as possibilidades de reconhecimento da contribuição cultural dos diversos grupos cujo legado, em grande parte, se compõe de saberes, formas de expressão e modos de fazer e viver enraizados no cotidiano das comunidades e repassados de geração em geração.

Francisco Weffort
Ministro da Cultura, 2000.

O texto Constitucional de 1988 com seu artigo 215 ressignificou o tema da cultura ao possibilitar uma percepção do patrimônio cultural mais ampla do que aquela pautada apenas nos bens materiais. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). O documento elaborou ainda outras medidas de acautelamento para além do tombamento e forjou a descentralização administrativa patrimonial ao atribuir aos estados, municípios e ao poder público, a autonomia das práticas preservacionistas.

Enquanto no decorrer da década de 1990, debates e reflexões ocorriam no âmbito federal, tendo em vista a emergência de inserir os patrimônios imateriais nas ações preservacionistas, o governo do Espírito Santo, a prefeitura de Vitória e a 6ª Superintendência do IPHAN dialogavam sobre a necessidade de proteger o processo de fabricação das panelas de barro produzidas em Goiabeiras. É possível inferir que as medidas tomadas por essas esferas do poder influenciaram e, até mesmo, facilitaram a escolha do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* como o primeiro patrimônio registrado no *Livro dos Saberes* sob o número de inscrição 01450.000.672/2002-50, que será tratado no item nº 4.1 dessa seção.

Propõe-se, portanto, explorar algumas das medidas tomadas pelo *Conselho Estadual de Cultura* (CEC) do Espírito Santo e pelo município de Vitória, pelo Instituto Histórico e Geográfico e pela 6ª superintendência do IPHAN, referentes à valorização e proteção das panelas de barro fabricadas em Goiabeiras. Escolheu-se, desse modo, estabelecer as análises dos documentos a partir de uma ordem cronológica com a finalidade de compreender as ações institucionais de reconhecimento do patrimônio cultural imaterial aqui estudado.

O primeiro documento que se propõe examinar foi elaborado e aprovado pela câmara dos vereadores no início dos anos 1990 e denominado *Projeto de Lei n. 70/1991*, que estabeleceu o *Dia das Paneleiras de Goiabeiras*. Sugeriu também, aulas na rede municipal de

ensino para que os estudantes locais pudessem conhecer parte da história do Estado do Espírito Santo através do processo de fabricação que envolve as panelas. Sendo assim, o documento determinou o seguinte:

Art.1- Fica instituído, no município de Vitória, o “Dia das Panelas”, a ser comemorado, anualmente, na data de 07 de julho.

Art.2- Na data a que se refere o artigo anterior, os professores da rede municipal de ensino obrigatoriamente realizarão palestras e trabalhos didáticos alusivos ao “DIA DAS PANELEIRAS” (Vitória, 1993).

A partir do documento é possível inferir que a prefeitura compreendia e valorizava as *paneiras de Goiabeiras* como as “legítimas representantes” da cultura local e deviam, por isso, ser inseridas no contexto cognitivo da geração mais nova, que por ventura, poderia não conhecer os mestres fabricantes de panelas de barro de preta.

Cabe em seguida expor que em 1998, as preocupações foram auferidas pelo *Conselho Estadual de Cultura* (CEC) do Espírito Santo e versaram na urgência do tombamento da “Panela de Barro” devido à crescente comercialização de outros tipos de objetos em diferentes localidades e pelo fato desses “outros” artesãos usarem “argila de origem desconhecida e as escurecerem sem a queima como as *paneiras de Goiabeiras* e sim com o uso de piche, material inclusive nocivo à saúde (...)” (CEC, 1998). A partir dos argumentos expostos, o CEC defendeu a emergência de proteção aos artefatos produzidos pelos mestres de Goiabeiras.

Sobre os valores regionais atribuídos às panelas de barro, apresenta-se a seguir outra carta datada de 1998 e escrita pela vice-presidente do *Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo*, Gleyce Coutinho, aos membros do próprio CEC exigindo providências em relação à proteção dos objetos de barro perante às crescentes falsificações ocorridas no litoral do próprio estado. Nesse viés, as palavras utilizadas pela reclamante foram as seguintes:

Indignada com tal procedimento que vem prejudicando tanto no Estado, como em outras regiões e até mesmo no exterior o nosso principal produto artesanal, marca conhecida como produto típico da cultura capixaba, venho solicitar a este Egrégio Conselho, que tombe como patrimônio de natureza imaterial os *modus procedendi* da panela de barro e o nome “panela de barro”. Que este seja de uso exclusivo das panelas confeccionadas artesanalmente pelas paneiras de Goiabeiras e que portem um selo oficial como chancela do produto imaterial. Os bens da natureza devem ser objeto de proteção específica conforme determina a Constituição Federal em seu Artigo 216 (CEC, 1998).

Enfatiza-se, que alguns dos conceitos utilizados e que também foram apontados nos outros dois documentos explorados anteriormente (1993 e 1998) merecem destaque, pois exemplificam os valores que permeavam a concepção de patrimônio cultural no início da década de 1990. Primeiro, conforme exposto pela citação, é sugerido o tombamento dos objetos e pelo contexto que o pedido foi realizado, tomar (proteger) as panelas, era necessário para diferenciá-las das demais, classificadas como falsas. Além disso, tomar era única prática de proteção possível e conhecida até esse momento. Contudo, ao construir os argumentos para tal medida, utiliza-se, provavelmente por influência do texto constitucional de 1988, o termo patrimônio imaterial como *modus procedendi*, isto é, o tombamento da prática de se fazer panelas e não apenas o objeto, fato que chama atenção, já que o alcance de proteção do tombamento limita-se à materialidade do objeto e não no modo como esse é ou foi feito.

O conteúdo do documento revela as panelas de Goiabeiras como dignas do processo de acautelamento existente no Brasil sob os desígnios do IPHAN. Enfatiza-se, ainda, a ideia de panelas autênticas que permeou a justificativa de tombamento dos utensílios e que foi utilizada pela reclamante Gleicy Coutinho. Sendo assim, as panelas deveriam ser protegidas por serem verdadeiras perante as outras “grosseiramente” fabricadas nas demais localidades do Estado. Uma alternativa para a situação foi a criação “selo de autenticidade” que acompanha as panelas vendidas no Galpão de Goiabeiras.



Figura 13: Selo de autenticidade.

A criação do selo tinha o objetivo de diferenciar as “legítimas” panelas de barro das demais que não eram produzidas do mesmo modo por outros artesãos capixabas. Pode-se concluir, ao analisar a figura, a intenção de associar as mulheres paneleiras às panelas de barro.

Imagem disponível em:

< http://correiogourmand.com.br/info_gastronomia_no_brasil_29.htm>. Acesso. Out.2014.

O selo de autenticidade pode ser compreendido como parte do processo de formação da identidade paneleira, perante outros fabricantes capixabas. Os mestres do *Ofício de Goiabeiras* criaram determinados simbólicos (como o selo) para diferenciá-los dos demais artesãos que tinham a mesma função, disso pode-se inferir que a identidade paneleira foi construída pela diferença (SILVA, 2000: 09). A análise dos documentos sobre o pedido de tombamento da panela de barro, durante a década de 1990, tem o objetivo compreender os percursos valorativos executados pelos poderes locais em relação às práticas que envolvem a fabricação dos utensílios de barro. Ainda sobre os esforços empreendidos na proteção do processo de fabricação das panelas, ocorridas antes do Decreto federal nos anos 2000, compete expor o “ofício nº 953/99” pelo qual a prefeitura de Vitória oficializou o seu apoio ao tombamento estadual das panelas com os seguintes dizeres:

Realizar o tombamento em nível estadual é o primeiro passo para que seja pleiteado o tombamento em nível nacional. Etapa que aguarda ainda a regulamentação pelo Ministério da Cultura, do processo de tombamento de Patrimônio Cultural Imaterial.

Fazer o tombamento do processo de fabrico das Panelas de Barro é mais que ato simbólico de reconhecimento de sua importância para a cultura capixaba. Este ato será aliado da luta de preservação deste Patrimônio, podendo, no futuro, auxiliar na captação de recursos para a sua preservação e na elaboração de Leis e regulamentos que auxiliem este trabalho (Vitória, 1999).

Cabe expor ainda a troca de correspondências (1999) entre o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) do Espírito Santo e o Presidente do *Conselho Estadual de Cultura* (CEC) com o intuito de expor sobre a emergência de se proteger os saberes que envolvem a fabricação das panelas de barro. Fez parte do conteúdo da carta os seguintes dizeres:

Quando na década de 1950 estudei-as ressaltai sua grande importância para a cultura material local. Neste meio século têm elas lutado bravamente para a manutenção de um artesanato de mais de cem anos, no mesmo bairro vitorienense. Grangearam, entretimentos, fama mundial (IHGB, 1999).

Pelos motivos expostos, nas palavras do Presidente, Renato José Costa Pacheco, os membros do IHGB espírito-santense se mostravam favoráveis ao processo de tombamento do bem em questão (IHGB, 1999). Concomitante às preocupações das esferas estadual e municipal elencadas anteriormente, no âmbito federal os anos de 1990 configuraram-se em ações com o objetivo de “superar antigos impasses como a (falsa) dicotomia entre os bens de pedra e cal e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano” (...) (IPHAN, 2000: 07). Em sintonia com os projetos desenvolvidos pela *Comissão* e o *Grupo de Trabalho*, no âmbito do Ministério da Cultura, no ano de 1999 a Diretora da 6ª superintendência do IPHAN, Teresa Carolina de Abreu, procurou esclarecer junto ao *Conselho Estadual de Cultura* (CEC) que dentre as providências que estavam sendo tomadas na esfera federal encontravam-se “um conjunto de documentos relativos à proteção do patrimônio imaterial no qual certamente encontra-se incluído o processo artesanal do fabrico da panela de barro do Espírito Santo” (IPHAN, 1999).

A partir da análise desses documentos, pode-se apreender, que o poder público capixaba representado pela Secretaria de Cultura, pela prefeitura de Vitória, pelo Instituto Histórico e Geográfico e pela 6ª superintendência do IPHAN, havia percebido a importância da prática de fazer panelas de barro. Entretanto, cabe enfatizar que os mestres de Goiabeiras ao realizarem seus ofícios, independentes da chancela institucional, foram os principais responsáveis pela manutenção desse bem cultural. A construção do Galpão e o direito do

usufruto do barreiro localizado no Vale Mulembá, foram conquistas conseguidas no contexto da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), e que permitiram a continuidade da prática cultural.

Como visto, durante a década de 1990, ações da esfera estadual e municipal passaram a valorizar os trabalhos executados pelas paneleiras, no mesmo período, as reflexões no âmbito federal ganharam força em torno da temática do patrimônio imaterial e os artesãos passaram também a se organizar através da APG. Desse modo, todos os fatores elencados são analisados pela pesquisa aqui desenvolvida, como parte do processo histórico que transformou a prática de fazer panelas de barro no Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.

4.1: Discursos materializados em textos jurídicos: O Decreto 3.551/2000.

O Decreto n ° 3.551 de 04 de agosto de 2000 foi assinado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (SIMÕES, 2003: 61). E ocorreu no mandato do Ministro da Cultura Francisco Weffort. A premissa principal do documento pautou-se na instituição do registro como ferramenta de salvaguarda e na criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). À esfera ministerial coube à manutenção da prática do registro e a elaboração de um banco de dados com todas as informações sobre o bem e a obrigação de disponibilizar esses dados para a sociedade. Na análise do antropólogo Antonio Arantes:

O Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000 ao criar o Registro do Patrimônio Imaterial e instituir o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, deu finalmente o passo fundamental para que se tornasse efetiva a parcela de responsabilidade do Estado no acautelamento de celebrações, formas de expressão, saberes e lugares significativos para a formação das identidades sociais no Brasil. Ao lado dos bens de pedra e cal, bens de natureza imaterial passaram a poder ter o reconhecimento merecido (ARANTES, 2001: 130).

Quinze anos após a oficialização do Decreto em questão encontram-se registrados pelo IPHAN trinta e quatro (34) patrimônios imateriais, sendo quatro (4) desses declarados patrimônio imaterial da humanidade pela UNESCO. Expõe na tabela a seguir os patrimônios organizados na ordem cronológica de registro, livro no qual foi inscrito e aqueles inscritos pelo órgão internacional.

	Nome do Patrimônio	Ano do registro	Livro do Registro	Inscrição pela UNESCO
1	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras – Vitória / ES	2002	Saberes	
2	Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi – Amapá	2002	Formas de Expressão	Declarado em 2003 como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade
3	Samba de Roda do Recôncavo Baiano – Bahia	2004	Formas de Expressão	
4	Círio de Nossa Senhora de Nazaré - Belém/Pará	2004	Celebrações	Declarado em 2013 como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade
5	Modo de Fazer Viola de Cocho	2005	Saberes	
6	Ofício das Baianas de Acarajé	2005	Saberes	
7	Jongo do Sudeste	2005	Formas de Expressão	
8	Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri	2006	Lugares	
9	Feira de Caruaru – Pernambuco	2006	Lugares	
10	Frevo – Pernambuco	2007	Formas de Expressão	Declarado em 2012 como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade
11	Tambor de Crioula - Maranhão	2007	Formas de Expressão	
12	Matrizes do samba do Rio de Janeiro	2007	Formas de Expressão	
13	Modo artesanal de fazer queijo de minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre	2008	Saberes	
14	Roda de Capoeira/ Ofício dos mestres de Capoeira	2008	Saberes, Formas de Expressão	Declarado em 2014 como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade
15	Modo de Fazer Renda Irlandesa – Sergipe	2009	Saberes	
16	Toque dos sinos e o Ofício dos sineiros – Minas Gerais	2009	Saberes, Formas de Expressão	
17	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis - Goiás	2010	Celebrações	
18	Ritual Yaokwa do povo indígena EnaweneNawe – Mato Grosso	2010	Celebrações	
19	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – Amazonas	2010	Saberes	

20	Festa de Sant'Ana do Caicó – Rio Grande do Norte	2010	Celebrações	
21	Complexo Cultural do Bumba Meu Boi - Maranhão	2011	Celebrações	
22	Ritxòkò: expressão artística e cosmológica do povo Karajá/ Saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas Karajá	2012	Celebrações e Saberes	
23	Fandango Caiçara	2012	Formas de Expressão	
24	Festa do Divino de Paraty – Rio de Janeiro	2013	Celebrações	
25	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim - Salvador/ Bahia	2013	Celebrações	
26	São Sebastião na região do Marajó - Pará	2013	Celebrações	
27	Cajuína do Piauí	2014	Saberes	
28	Carimbó – Amazonas	2014	Formas de Expressão	
29	Maracatu Nação - Pernambuco	2014	Formas de Expressão	
30	Maracatu de Baque Solto – Pernambuco	2014	Formas de Expressão	
31	Cavalo-Marinho – Pernambuco e Paraíba	2014	Formas de Expressão	
32	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani – Rio Grande do Sul	2014	Lugares	
33	Teatro de Bonecos popular do Nordeste	2015	Formas de Expressão	
34	Modo de Fazer Cuias no baixo Amazonas	2015	Saberes	

Tabela 1: Bens imateriais registrados. Elaborado por Luciana Cristina de Souza, 2015.

Os bens escolhidos para serem registrados devem se enquadrar em um dos quatro Livros criados para essa finalidade, divididos entre: *Saberes*, *Lugares*, *Formas de Expressão* e *Celebrações* e justificados do seguinte modo: “A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2000). A partir do exposto, cabe ressaltar o caráter de “continuidade histórica” atribuídos a esses bens não palpáveis contrapondo-se com a noção de excepcionalidade dos monumentos nacionais. Apresenta-se a seguir as especificidades dos *Livros de Registros* elaborados pelo IPHAN:

1- Livro de Registro das Celebrações – Onde são inscritos os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; **2- Livro de Registro das**

Formas de Expressão – Onde são registradas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e **3- Livro de Registro dos Saberes** – Onde são inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; **4- Livro de Registro dos Lugares** – Destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (IPHAN, 2000).

A tabela a seguir representa a quantidade de bens registrados por Livro. O *Livro de Formas de Expressão* lidera o número de inscrições com 14 patrimônios, seguido do *Livro dos Saberes* com 11 bens e do *Livro das Celebrações* com 9 patrimônios categorizados, em último lugar encontram-se os 3 registros no *Livro dos Lugares*. Nota-se, ainda, que alguns bens foram registrados em 2 Livros simultaneamente como a Roda de Capoeira/ Ofício dos mestres de Capoeira (Saberes e Formas de Expressão), o Toque dos sinos e o Ofício dos sineiros (Formas de Expressão e Saberes) e a Ritxòkò: expressão artística e cosmológica do povo Karajá/ Saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas Karajá (Celebrações e Saberes).

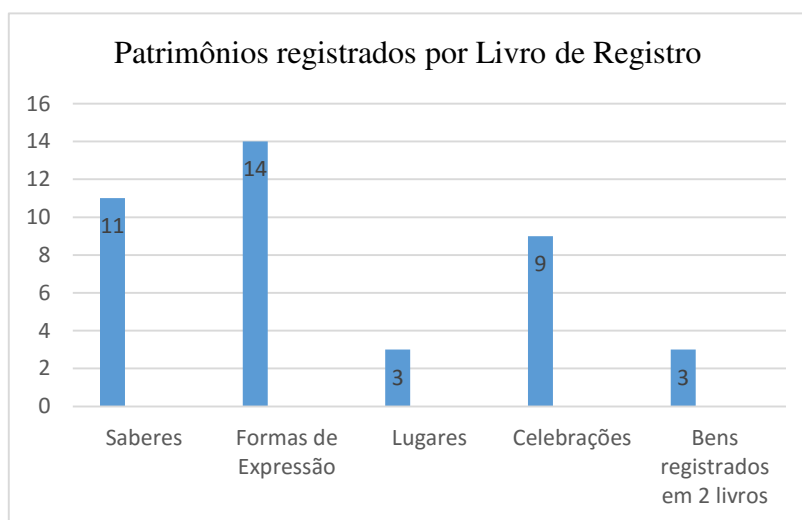


Tabela 2: Patrimônios registrados por Livro de Registro. Elaborado por Luciana Cristina de Souza, 2015.

A política de patrimônio imaterial tem a intenção de ser uma ferramenta flexível capaz de se adaptar à diversidade das demandas culturais. Por isso, caso se configure necessário poderá ser criado mais Livros de Registro, contudo, a elaboração de um quinto livro ainda não aconteceu.

Já gráfico a seguir permite visualizar como se configurou a *ressonância* (GONÇALVES, 2005) nestes 15 anos das políticas de patrimônio imaterial no contexto brasileiro.

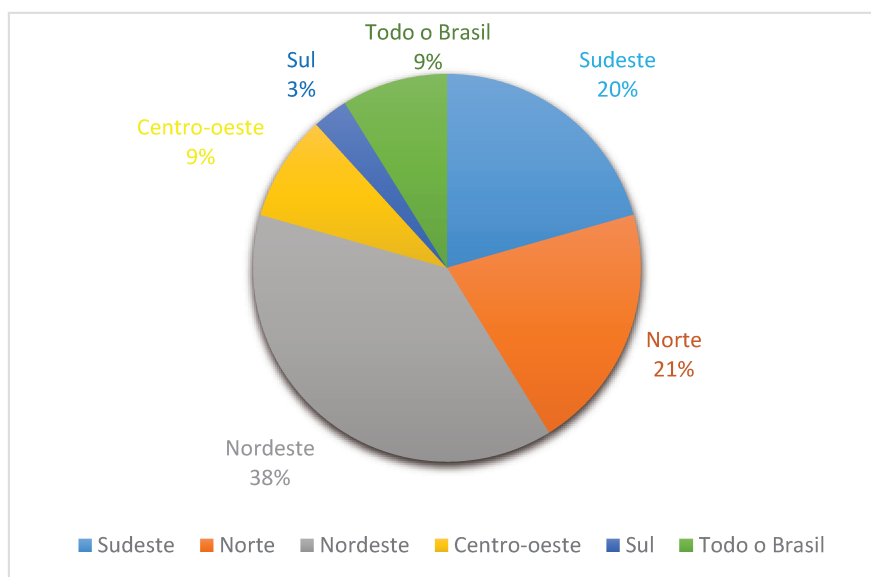


Tabela 3: Bens imateriais registrados por região. Elaborado por Luciana Cristina de Souza, 2015.

Dos trinta e quatro (34) registros, 38% representam ou se localizam na região nordeste, as regiões sudeste e norte totalizam 20% e 21%, respectivamente. A região centro-oeste abriga 9% dos bens registrados, assim como, os 9% de bens que não estão alocados em nenhuma região específica do país. Por fim, cabe ressaltar que apenas 3% dos registros representam a região sul do país, visto que, o primeiro registro ocorreu mais recentemente no ano de 2014.

Para a sistematização dos trabalhos em torno dos patrimônios imateriais o Decreto n° 3.551 determinou a criação do *Programa Nacional de Patrimônio Cultural Imaterial* (PNPI) e a metodologia do *Inventário Nacional de Referências Culturais* - INRC (FREIRE, 2005:11). O PNPI tem o objetivo de ser um canal entre a sociedade e o Estado (VIANNA, 2001: 97) e sua principal função baseia-se em efetivar as ações estabelecidas pelo Decreto. Neste sentido, o PNPI caracteriza-se como um Programa de apoio e fomento, configura sua responsabilidade angariar as verbas que serão utilizadas nos trabalhos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio imaterial brasileiro. É de sua competência implementar a metodologia do inventário e a prática do registro, além de buscar parcerias institucionais e interministeriais para desenvolvimento de projetos de pesquisas. Desse modo, os projetos em torno PNPI visam potencializar a sustentabilidade do patrimônio imaterial ao valorizar os produtos e os produtores culturais e incentivar a transmissão dos conhecimentos populares. Por fim, compete colocar que as ações desenvolvidas no âmbito PNPI estão em consonância com as demandas internacionais relacionadas com a temática.

4.2: A metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

A metodologia do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) é uma técnica de mapeamento das diferentes formas de expressão cultural elaborado durante a gestão do arquiteto Carlos Henrique Heck, que permaneceu na presidência do IPHAN entre os anos de 1999 a 2003. A metodologia foi concebida pela equipe técnica da *Andrade e Arantes* e os trabalhos foram idealizados e coordenados pelo antropólogo e professor da UNICAMP, Antônio Augusto Arantes Neto, junto com o Departamento de Identificação e Documentação (DID /IPHAN) e as superintendências regionais (OLIVEIRA, 2001:29). Para compreender o INRC como um instrumento de salvaguarda adotado pelo IPHAN torna-se necessário perceber quais os conceitos estão por trás de sua construção como uma metodologia.

Na década de 1990 foram realizadas experiências que influenciaram demasiadamente a construção do INRC nos anos 2000. Como os trabalhos de inventários coordenados pelo Departamento de Identificação e Documentação (DID/ IPHAN). A primeira experiência neste âmbito foi o inventário do Núcleo Histórico da cidade do Serro (MG) em 1995, o objetivo com tal ação baseava-se em compreender os significados atribuídos pelos moradores aos patrimônios locais. Já em 1998 foi realizado o Inventário de Referências Culturais no Núcleo Histórico de Diamantina (MG). “Tratou-se em ambos os casos, de realizar um mapeamento cultural, utilizando questionários, tanto nos núcleos históricos tombados, quando nas áreas de entorno extensivas aos distritos vizinhos” (OLIVEIRA, 2001: 29). Compete expor, por último, a experiência-piloto coordenada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes no sítio compreendido pelo Museu Aberto do Descobrimento (MADE). Todas essas experiências foram aprimoradas para se chegar na metodologia do INRC adotada oficialmente pelo IPHAN.

Desse modo, o INRC pauta-se na identificação dos novos bens culturais representativos dos diferentes grupos sociais que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. A metodologia busca, sobretudo, levantar informações sobre os saberes, as celebrações, as linguagens e os espaços vivenciados pelos grupos humanos nas práticas sociais (ARANTES, 2000:23). Por isso, sua finalidade repousa na produção de uma documentação sobre a prática cultural a partir da visão daqueles que são os responsáveis por mantê-las vivas. Como por exemplo, os artesãos de Goiabeiras, que através da fabricação das panelas de barro mantiveram e transmitiram as técnicas do *sem forno, nem torno*.

Neste sentido, as perguntas elaboradas e utilizadas pelo INRC buscam compreender aquilo que é mais importante para os detentores das manifestações culturais. O valor que é vivido, compartilhado, transformado e também abandonado. Todavia, a prática de inventariar não acaba na sistematização das informações obtidas através das entrevistas, torna-se necessário utilizar a documentação produzida para dar maior visibilidade a essas referências culturais.

A antropóloga e estudiosa do tema do patrimônio imaterial, Letícia Vianna (2001:97), expõe que o Inventário não deve ser utilizado como um instrumento normativo ou restritivo. A autora defende que para apreender as dinâmicas culturais, a visão dos detentores culturais sobre a manifestação precisa ser considerada como informação relevante. Isso quer dizer que, um grupo de pesquisadores que trabalhem com a metodologia não devem inventariar o que melhor lhe convém, mas aquilo que a comunidade apresenta como interessante. Para o idealizador do INRC, Antônio Arantes, inventariar significa mapear “as dimensões apreensíveis da cultura”, ou seja, compreender que as significações não “pairam no vazio, elas partem de uma contrapartida material que são indissociáveis” (ARANTES, 2000: 29).

Cabe colocar, que o INRC foi aplicado com a comunidade produtora de panelas de barro e gerou uma gama de informações sistematizadas desse bem cultural que foram utilizadas para justificar o registro e também possibilitou o acesso da sociedade às informações sobre o grupo e as panelas de barro. E para o desenvolvimento deste estudo o INRC foi utilizado como fonte de pesquisa, sendo assim, o exemplo do inventário e registro do ofício das *Paneleiras de Goiabeiras* permite apreender como a metodologia de inventariar resulta em estratégias de políticas patrimoniais (ARANTES, 2000:27). Ou seja, as informações recolhidas não apenas neste inventário, mas outros, alimentam as políticas voltadas para a salvaguarda e permitem pesquisas sobre o tema, como o trabalho aqui desenvolvido.

Portanto, o INRC baseia-se na identificação e angariação de informações e documentos pertinentes à manifestação cultural estudada e com potencial de encorpar o rol dos patrimônios brasileiros. Porém, nem todo o bem inventariado será registrado como patrimônio cultural (TOJI, 2009: 10). E a metodologia do INRC não precisa ser aplicada apenas pelo IPHAN, isso significa que um grupo de pessoas organizadas pode realizar seu próprio inventário e, posteriormente, apresentar o pedido de registro ao órgão competente, que por sua vez, é o único capaz de deliberar sobre a necessidade do registro. Para a atual superintendente do IPHAN de Minas Gerais, Célia Maria Corsino, o INRC pode ser encarado da seguinte maneira:

Por sua abrangência e significado, pode-se afirmar que o INRC constitui o instrumento mais completo que dispõe hoje, o Estado e a sociedade brasileira, para a identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio, abrindo, portanto, novas possibilidades para a sua preservação (CORSINO, 2000:07).

Como já exposto, é importante enfatizar que os grupos culturais inventariados são os protagonistas do patrimônio imaterial. Segundo Simone Toji, pesquisadora em Antropologia Social pela University St Andrews, os detentores dos saberes devem estar envolvidos em todo o processo institucional, desde os primeiros trabalhos técnicos até o momento em que a atividade passa ser oficialmente reconhecida (TOJI, 2009:10). Em suma, uma atuação institucional que atenda as políticas de preservação de forma ampla e diversificada, conforme sugerida pela *Carta Fortaleza* de 1997, precisa considerar e valorizar os conhecimentos e as práticas dos grupos culturais. Por isso, convém destacar as reflexões empreendidas por Arantes (2004); Chagas (2007); Fonseca (2009); Meneses (2012), Pelegrini (2009), que defendem como parte do aporte patrimonial os valores agregados a ele pelos indivíduos, grupos e também as instituições.

Sobre o assunto, o historiador Hugues de Varine (2012) explicita que os valores institucionais - históricos, artísticos, naturais, belas artes e os imateriais, assim como aqueles conferidos pelos grupos sociais, compõem o universo de definições aferidos ao patrimônio cultural, isso significa que o patrimônio é constituído pelas negociações estabelecidas entre as instituições e as comunidades. O autor desenvolve seus argumentos em consonância com aqueles defendidos pelos especialistas Arantes (2004), Gonçalves (2005) e Meneses (2012) ao afirmar que os sentidos atribuídos pelos “experts” de nada valem se não tiverem importância para as comunidades. Sobre o assunto, o antropólogo Arantes disserta:

Esse conhecimento, por menos sistemática ou elaborado que seja, é de valor inestimável para a planejamento do inventário, pois dificilmente serão suficientes, mesmo como porto de partida, as informações obtidas por meio de fontes secundárias (ARANTES, 2000: 35).

Desse modo, o patrimônio deixa de ser analisado isolado e passa ser considerado a partir do local onde se encontra e pertencente a determinado grupo. Cabe, portanto, valorizar a função primordial que os grupos sociais produtores de cultura têm na constituição dos inventários, visto que, a metodologia do INRC procura destacar o papel que as comunidades detentoras dos saberes ocupam no atual cenário das políticas patrimoniais, uma vez que, os inventários devem mapear os praticantes junto com as suas práticas. Inserido nesse debate, o idealizador do INRC, Antônio Augusto Arantes, discorre:

Na complexa dinâmica da produção cultural, os grupos conferem condição simbólica diferenciada a determinados lugares, celebrações, marcos culturais ou edificados, saberes e formas de expressão criando o repertório aberto e flexível com que se constrói – performativa e discursivamente – as fronteiras sociais e as imagens de si e de outrem. O valor patrimonial desse repertório resulta, portanto, do processo de construção de sentidos de identidade, sentidos esses que passam a estar flexivamente associados às práticas e aos objetos que lhes dão suporte: às suas referências reconhecidas (ARANTES, 2001: 133).

Assim, o antropólogo frisa que mais importante é o processo de criação, o envolvimento dos participantes e a transmissão dos saberes, mais do que o resultado. A saber, o conhecimento sobre o processo de fabricação das panelas é mais importante do que o objeto final. Não que o utensílio panela não seja essencial para a análise do patrimônio é que a política de salvaguarda ao delimitar seu campo de ação enfatizou o processo e não o produto. Cabe expor a partir desse exemplo que a categoria imaterial perante a categoria material, concebida do modo como exposto, reforçou a dicotomia entre as duas naturezas patrimoniais. A distinção, contudo, se fez necessária perante a postura desfavorável que as manifestações populares tinham se comparadas aos bens móveis e imóveis no cenário preservacionista nacional.

A pesquisadora Maria Cecília Londres ao dissertar sobre a dimensão social do patrimônio expõe algumas questões que já haviam sido feitas nos anos 1970 pelo idealizador do CNRC, Aloísio Magalhães: “Quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado? A partir de quais valores? Em nome de quais interesses? E a qual grupo pertence? (FONSECA, 2000:11). Essas perguntas talvez não possam ser respondidas, todavia, foram a partir delas que o INRC passou a ser construído enquanto uma opção de política patrimonial no Brasil.

As consequências dos INRC podem ser muitas: como a ressignificação interna da própria comunidade, valorização das políticas públicas locais, reorganização do turismo e o registro pelo IPHAN. Dessa forma, é importante destacar a necessidade de documentar as informações e torná-las acessíveis, além de delinear o percurso temporal com a finalidade de mapear todas as características históricas do bem em questão. “O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais com o objetivo de preservá-los” (SANT’ ANNA, 2006: 20). Para atender essa demanda foi elaborado pelo IPHAN o *Banco de Dados dos Bens Culturais Registrados* – BCR²⁶. Essa ferramenta eletrônica permite o acesso às informações sobre o patrimônio, além de proporcionar a divulgação da documentação que compõem o processo do

²⁶Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16417&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso 21 de julho. 2014.

bem registrado.

Com isso, a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial exerce a premissa do compartilhamento das ações entre os grupos responsáveis pelo patrimônio e o Estado, cada qual cumprindo seu papel no processo de salvaguarda do bem. Todavia, mesmo que os esforços se realizem conjuntamente, o método do registro é segundo a historiadora Beatriz Muniz Freire (2005: 15), desempenhado por meios técnicos institucionais que visam o mapeamento das manifestações que ocorreram no passado e o modo como são realizadas no presente, pontuando as diferentes versões que existem de um determinado bem cultural.

4.3: O discurso do IPHAN sobre a fabricação da Panela de barro preta.

Tornar o ofício dos artesãos de panelas de barro preta em patrimônio cultural implicou na ressignificação dessa prática cultural pelos detentores do saber, conforme foi analisado no primeiro capítulo desse texto e pelas políticas de patrimônio locais e nacionais como será analisado nesse último capítulo.

A panela de barro preta fabricada em Goiabeiras foi o primeiro bem registrado no *Livro dos Saberes* com as seguintes denominações: *Fabricação das panelas de barro de Goiabeiras* ou *Ofício das paneleiras de Goiabeiras, artesanato cerâmico de Goiabeiras* (INRC/IPHAN, 2001). Respeitando uma das recomendações do Decreto nº 3.551/2000 foi elaborado em 2006 um *Dossiê*²⁷, dedicado exclusivamente ao bem registrado. Cabe colocar que cada patrimônio cultural imaterial possui o seu Dossiê no qual contém de forma sistematizada todas as informações obtidas pelo INRC com os detentores da prática cultural inventariada. O documento produzido a partir de entrevistas com os artesãos de Goiabeiras será estudado nessa seção com o intuito de perceber o modo como o IPHAN alinhou seu discurso sobre o patrimônio cultural a partir daquilo que foi apreendido pelo INRC.

Compete, por isso, analisar os argumentos explanados por Varine (2012) ao explicitar suas experiências com a gestão do patrimônio em Portugal no livro *Raízes do Futuro*. Para o pesquisador o tema em questão deve ser analisado a partir do tripé: comunidade, desenvolvimento e patrimônio. Dessa maneira, o autor defende o patrimônio como um recurso e instrumento para o desenvolvimento local, visto que sua importância não se encontra na chancela institucional, mas repousa no uso que as pessoas fazem dos seus patrimônios.

²⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=724>>. Acesso 23.set.2014.

Inserido nesta proposta, o historiador elucida o conceito de “subsidiariedade”, que se fundamenta no entendimento da gestão do patrimônio ser realizada com a total participação da comunidade (VARINE, 2012: 25). Isso quer dizer que aquilo que o grupo compreende como seu patrimônio não pode desaparecer perante as preocupações do Estado. A saber, quando uma instituição responsável por gerenciar um bem de uma determinada comunidade não procurou conhecê-la a fim de ter ciência de suas vontades e projetos, corre-se o risco das ações institucionais tolherem os anseios do grupo, quando na verdade deveria acontecer o contrário. Afinal, aquele patrimônio pertence à vida daquelas pessoas (VARINE, 2012: 34). Premissa adotada pelo INRC que reconhece os praticantes como protagonistas da metodologia do inventário. Isso é fundamental, pois na visão do idealizador do INRC Antonio Augusto Arantes:

Programas e políticas sociais de educação, de distribuição de renda, de cultura, entre outros – conduzidos por instituições públicas ou privadas alcançam, com frequência, apenas parcialmente os seus objetivos. Uma das razões desse insucesso reside na dificuldade de se incorporar ao desenho, aos procedimentos de implementação e à avaliação dessas ações os interesses e os projetos das populações-alvo e estimular a sua capacidade de tomar decisões e de articular estrategicamente (ARANTES, 2004: 09).

Neste sentido, a leitura de Hugues de Varine pode complementar o argumento utilizado pelo antropólogo Arantes, ao enfatizar que os usos que as pessoas fazem dos bens culturais devem ser incorporados às práticas de conservação do patrimônio. Sendo assim, as ações desempenhadas pelas comunidades, devido a sua importância, devem ser agregadas como componentes da salvaguarda e não rejeitadas pelas políticas patrimoniais. Compete enfatizar que as instituições responsáveis pela gerência patrimonial ocupam um papel basilar na preservação do patrimônio cultural, todavia, a partir dos argumentos apresentados, considera-se que as comunidades detentoras dos bens culturais são também peças fundamentais nessa dinâmica.

Dito isso, cabe observar que a metodologia do INRC elaborada pelo IPHAN para o desenvolvimento da política de patrimônio buscou inserir as comunidades nos projetos de escolha, gestão, e preservação do patrimônio imaterial cultural brasileiro. Assim, destaca-se que os principais protagonistas do Dossiê preparado pelo IPHAN foram os mestres de Goiabeiras e suas técnicas empregadas na fabricação das panelas de barro. Os dados presentes no documento oficial foram retirados de questionários aplicados com base na metodologia do INRC.

Apesar disso, considera-se o conteúdo do Dossiê como fruto das escolhas realizadas pelo discurso autorizado (SMITH, 2006) do IPHAN com o propósito de legitimar a importância desse patrimônio cultural. Como ilustração, pode-se mencionar a ênfase dada pelo texto na fabricação das peças de barro por mãos femininas, conforme apresentado pelos fragmentos a seguir:

A atividade, eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário (IPHAN, 2006: 13).

Habilidosas, trabalhadeiras, orgulhosas de seu saber, vaidosas de seu fazer, essas são as *Paneleiras de Goiabeiras*. Mulheres entre 15 e 88 anos de idade, muitas delas pertencem às famílias mais antigas envolvidas com o ofício, seja por laços de parentesco, seja pelo casamento (IPHAN, 2006: 27).

Todavia, se no passado a execução dos trabalhos se caracterizava somente pelo viés feminino, atualmente no Galpão em Goiabeiras alguns homens também se tornaram mestres no ofício de modelar o barro devido à demanda e ao lucro que a prática começou a proporcionar. Um exemplo é o do senhor Carlos Barbosa dos Santos, produtor de painéis há 30 anos e que garantiu durante a visita ao Galpão, em maio de 2013, que o seu trabalho como artesão de painéis lhe proporciona mais estabilidade financeira do que qualquer outra função que ele venha desempenhar. O assunto é desenvolvido da seguinte maneira pelo Dossiê:

A participação crescente de homens na modelagem ou puxada da panela: das 55 paneleiras cadastradas em 2001, 48 eram mulheres e sete eram homens. Apesar da presença masculina, fazer painéis de barro é definitivamente uma atividade associada ao gênero feminino, inscrita nas representações sociais (IPHAN, 2006: 28).

Disso não há contestação nem mesmo pelos homens que executam o ofício de paneleira no Galpão, os quais se autodenominam artesãos (IPHAN, 2006: 28).

O ofício, assim, alcançou um *status* dentro do bairro de Goiabeiras se comparado há alguns decênios. Fazer painéis representava uma função desqualificada realizada por algumas pessoas, mulheres, em sua maioria, que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho e, assim, fabricavam e vendiam os objetos para melhorar o orçamento da família. Atualmente, esse cenário se modificou e as painéis pretas são a principal fonte de renda e de orgulho para os artesãos. Observa-se na figura 14 (A e B) que o *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* foi tema de uma exposição no *Teatro Munganga* em Amsterdã no período de 09 de

junho a 09 de julho de 2012²⁸. Os artesãos participam, ainda, de feiras internacionais com a exposição e venda das panelas e, também, das principais festas regionais capixabas como *A Festa das Paneleiras*²⁹ que é organizada pela APG, na figura nº 15 apresenta-se o cartaz de divulgação da festa realizada em novembro de 2015.

²⁸ Informações sobre a exposição disponível em: < http://www.peoplefrombrazil.com/wordpress/?page_id=2881 >. Acesso 01 de set de 2014.

²⁹ Informações sobre a Festas das Paneleiras disponível em: <<http://www.nossoespiritosanto.com.br/index.php/agendaoutubro13/172-20-festa-das-paneleiras/155-20-festa-das-paneleiras-2013-de-25-a-27-de-outubro-em-goiabeiras-vitoria-es>>. Acesso 01 de set de 2014.



Figura 15: Cartaz da Festa das Panelleiras edição 2015.

A festividade em questão ocorre anualmente em Goiabeiras. O objetivo maior baseia-se na venda das panelas e no consumo da moqueca e da torta capixaba. Para tornar a Festa mais atrativa, normalmente são convidados cantores ou bandas que estão fazendo sucesso no momento. Cabe ainda expor que estão presentes no cartaz signos da cultura africana e indígena, elementos que fazem parte da história das panelas de barro que é reconhecida como resultado do encontro cultural dos portugueses, africanos e indígenas.

Foto disponível em: < <https://www.facebook.com/FestadasPanelleiras> >. Acesso em 23 de nov. 2015.

A visibilidade que as panelas passaram a ter influenciaram os mestres de panelas de barro que repensaram suas práticas. Ocorreu um processo de revalorização do próprio conhecimento que detinham e sobre o objeto que produziam, com isso, não queriam mais vender panelas para os atravessadores, passaram eles próprios negociar seus produtos. Cabe lembrar o argumento desenvolvido por Varine (2012), sobre o tripé em que o patrimônio pode se transformar num recurso que envolve a comunidade, desenvolvimento local e o próprio patrimônio. A exposição sobre as Panelleiras em Amsterdã e Festa das Panelleiras surge neste contexto de ressignificação, revalorização e desenvolvimento econômico. Como observa a estudiosa Carla Dias:

A panela não existiria em si mesma, mas como produto de um sistema no qual as mulheres estão inscritas, de forma que pensar em panela era pensar em panelleira, reconhecer a panela como um símbolo significava reconhecer as mulheres como artesãs (DIAS, 2006: 97).

Outro ponto que convém discutir é sobre o bairro de Goiabeiras, local onde se localiza a manifestação cultural e que também faz parte do universo que compõe a identidade de panelleira. Vale lembrar que a metodologia empregada no INRC pressupõe que as biografias dos detentores do saber sejam a principal fonte de informação. Assim, a localidade se faz presente no imaginário e no discurso dos fabricantes de panelas como sendo o espaço de

convergência entre o passado e o presente e onde vislumbram o futuro de suas atividades. Nesse mesmo contexto ocorreu o registro pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) das atividades provenientes em Goiabeiras como Indicação Geográfica, na modalidade Indicação de Procedência³⁰. Compete expor que essa era uma das preocupações do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) criado para pensar o patrimônio imaterial brasileiro (IPHAN, 2006:18). A oficialização do registro ocorreu no dia 04 de outubro de 2011 como apresenta o documento e a figura de nº 16 expostos a seguir:

Número: **G201003**

Requerente: **Associação das Paneleiras de Goiabeiras – APG**

Nº de páginas: **566 páginas**

Nome Geográfico: **Goiabeiras**

País/UF: **BR/ES**

Produto/Serviço: **Panelas de barro**

Espécie: **Indicação de Procedência**

Data do registro: **04/10/2011**

Delimitação: A área delimitada para a Indicação Geográfica, identificada como Goiabeiras, situa-se na parte continental da cidade de Vitória e está assim delimitada: Na parte leste da avenida Fernando Ferrari, desde a área da Universidade Federal do Espírito Santo até a Avenida Adalberto Simão Nader. No flanco sul pelo manguezal e pelo canal secundário da baía norte de Vitória. Na parte norte pela rua do canal que separa os bairros de Maria Ortiz e Goiabeiras. Na parte oeste a área está delimitada por um morro e das ruas Aguiar G. Salles e Rua José Alves. No centro desta delimitação estão as ruas João G. Loreto, Leopoldo G. Salles, José Gomes Loreto, da Paneleiras, das Mangueiras, Desembargador Henrique C. de Souza, José Alves e Argeu G. Salles.

Disponível em: <

http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_26-08-2014.pdf>. Acesso em 01 de set. 2014.

³⁰Disponível em: < http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_26-08-2014.pdf >. Acesso em 01 de set. 2014.



Figura 16: Selo Indicação de Procedência INPI.

Ao comparar o selo do INPI com o selo de autenticidade representado na figura 13, percebe-se que a figura feminina desaparece e no seu lugar aparece uma mão e a panela de barro. Duas reflexões podem ser auferidas: no momento do registro no INPI (2011) não apenas as mulheres eram as detentoras do saber, apesar do trabalho ser executado pela maioria feminina, alguns homens passaram a ter maior participação na profissão de mestres artesãos de panelas de barro. Outra questão está relacionada a valorização do saber fazer panelas, uma técnica que permite a modelagem da panela com as mãos sem o uso do torno.

Fonte da imagem:

[http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas - 26-08-2014.pdf](http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_26-08-2014.pdf). Acesso em 01 set. 2014.

A principal mudança conferida pela certificação do INPI diz respeito ao acautelamento dos utensílios perante crescentes “falsificações”, visto que as panelas de barro fabricadas no bairro de Goiabeiras são percebidas, pelos artesãos, pelo IPHAN e pelo INPI como as legítimas. Isso se fez necessário, conforme explanado no fragmento a seguir, devido à existência de outros produtos sem que seus fabricantes utilizem das mesmas técnicas *sem torno, nem forno* aplicadas pelos artesãos de Goiabeiras.

A procura crescente pelo produto vem estimulando sua imitação por técnicas que incluem o emprego do torno e do forno, o que aumenta o ritmo da produção e barateia o preço final do produto concorrente. Embora se assemelhe na cor e na forma às panelas de Goiabeiras, essas outras não oferecem a mesma resistência daquelas ao impacto e à temperatura, nem carregam a identidade e o selo da tradição (IPHAN, 2006: 29).

O registro realizado pelo INPI pode ser entendido como uma medida criada para minimizar a dificuldade de se empregar a lei de propriedade intelectual no Brasil que é associada ao saber individualizado e não a um grupo, como é o caso dos artesãos de Goiabeiras.

A fabricação das panelas de barro, mesmo sendo uma prática enraizada no cotidiano dos mestres de Goiabeiras, sofreu algumas adequações na tríade modos de fazer, matéria-prima e divisão de trabalho que cabem ser elencadas. Como a casca do mangue vermelho que produz o tanino, tintura utilizada nas panelas durante o processo de queima e que proporciona a cor escura da mesma, a atual forma de retirada respeita as diretrizes estabelecidas pelo IBAMA, assim, atualmente é extraída apenas uma parte da casca, pois desse modo a árvore pode se regenerar. Outra mudança baseia-se no uso sustentável da argila no bairro conforme exposto no fragmento a seguir:

O aumento da demanda pelas panelas e o reconhecimento de sua atividade como Patrimônio Cultural do Brasil têm provocado uma mudança de atitude das paneleiras com relação à sustentabilidade do seu ofício e do consequente comprometimento com a preservação do barreiro. Nesse contexto, vem se trabalhando com as paneleiras a ideia de que o barro é um recurso natural não renovável. Elas partilham a crença de que “o barro não acaba”, explicando: “se a argila do barreiro vem sendo usada desde muito antes das nossas bisavós e nunca se acabou, nossas filhas, netas e bisnetas vão tirar o barro dali pra sempre”. Confrontadas a dados técnicos sobre o esgotamento do barreiro nos próximos 18 anos, as paneleiras estão se conscientizando da necessidade de racionalizar a exploração da jazida e de buscar fontes alternativas dessa matéria-prima (IPHAN, 2006: 24).

O patrimônio é algo que se remete ao passado, todavia, na sua natureza imaterial ele é compartilhado, transformado e esquecido pelos grupos praticantes no presente. Desse modo, não se pode silenciar as mudanças presentes nas inúmeras manifestações culturais que estão acontecendo neste exato momento pelo território brasileiro, assim como o estudo de caso aqui apresentado e as alterações elencadas neste item do texto.

Buscou-se analisar, com esse último capítulo, o modo como a prática cultural que envolve a fabricação das panelas de barro foi ressignificada pelos discursos patrimoniais do IPHAN. O intuito com este trabalho de dissertação pautou-se na ideia de que estudar o patrimônio cultural imaterial é considera-lo como parte dos processos sociais passíveis de serem analisados a partir de uma perspectiva histórica. Para isso, buscou-se refletir os percursos institucionais relacionados a oficialização do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. O objetivo foi traçar uma análise do patrimônio cultural imaterial a partir da história das paneleiras e das panelas de barro. Partindo da ideia de que realizar estudos com a temática do patrimônio na

atualidade significa considerar que o tema faz parte das complexas relações sociais inseridas em uma sociedade polifônica e em constante atualização e transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui proposto apresentou o tema do patrimônio imaterial brasileiro na tentativa de compreendê-lo a partir dos percursos institucionais que resultaram no registro do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. As técnicas *sem torno, nem forno* inspiraram o título dessa pesquisa por serem a principal característica dessa prática cultural. Os mestres de ofício não utilizam nenhum tipo de molde e a forma é dada ao barro mole a partir das habilidades com as mãos. Desse modo, são os conhecimentos empregados que possibilitam determinar o tamanho e a espessura dos objetos. Já o tipo de argila encontrada exclusivamente no Vale Mulembá permite que as panelas sejam queimadas diretamente nas fogueiras que alcançam temperaturas em torno de 600° graus e, segundo os mestres, a panela “puxada” com a argila apropriada e raspada com o seixo rolado não estoura no fogo. A transformação da cerâmica em panela preta ocorre quando o objeto é retirado do fogo e açoitado com a tintura natural de tanino, o que a torna escura e mais resistente para os usos no dia-a-dia.

As paneleiras e as panelas são conhecidas como de Goiabeiras, que faz referência ao local onde os objetos são fabricados há muito tempo. A ideia de que o conhecimento sobre a fabricação dos objetos foi repassado de mãe para filha está presente tanto nas falas dos artesãos como no “discurso autorizado” do IPHAN. Vale lembrar, no entanto, que o *Ofício das Paneleiras* também é executado por homens que se autodenominam artesãos. Ressalta-se, que a fabricação de panelas como prática cultural existe há muitos anos e, assim como outras manifestações, permanece viva no interior das comunidades e dos grupos através da transmissão dos conhecimentos. Isso quer dizer que as transformações de caráter histórico, econômico, social e cultural acompanham essas manifestações e, no caso das paneleiras, a crescente participação masculina é um exemplo desse processo.

De tal modo, as especificidades em torno dos saberes que envolvem a fabricação de panelas de barro ou de outras práticas como a pintura corporal indígena, as expressões religiosas, os lugares sagrados de determinados grupos, as feiras, festas, músicas e danças, passaram a ser percebidas pelas políticas protecionistas, em especial após a Constituição de 1988, que agregou a categoria imaterial no conceito de patrimônio e, com isso, possibilitou a incorporação pelo IPHAN do registro dos bens intangíveis. Compete expor que diversas manifestações culturais existentes no território brasileiro, antes despercebidas ou propositalmente silenciadas, passaram a fazer parte do discurso autorizado do patrimônio, o que permitiu a desestabilização da prática consolidada do tombamento que privilegiava o passado colonial em detrimento das outras facetas da história do Brasil, no qual também participaram

os negros e os indígenas. Refletir sobre a temática do patrimônio é pensar sobre as ações realizadas pelo IPHAN e, com efeito, tornou-se basilar para o trabalho aqui construído compreender o modo como essas práticas culturais foram incorporadas pelo Instituto preservacionista e as mudanças trazidas pelas chancelas institucionais no interior dos grupos produtores de culturas, especialmente, os impactos ocasionados para os artesãos de Goiabeiras.

Em termos práticos, a política de patrimônio imaterial foi organizada através do Decreto nº 3.551/2000 que instituiu a metodologia do INRC como um mecanismo que é utilizado para localizar, conhecer e divulgar as manifestações culturais. O inventário realizado com os artesãos de Goiabeiras consistiu na realização de entrevistas com o intuito de apreender os saberes que envolvem a fabricação das painéis a partir do ponto de vista dos próprios produtores. Desse modo, o discurso institucional materializado no Decreto em questão qualificou o patrimônio imaterial como um bem “vivo” que não está localizado somente no passado, visto que as manifestações culturais estão acontecendo neste exato momento e são alimentadas constantemente pelo processo de criação, recriação e abandono. Sendo assim, diferente dos bens de pedra e cal em que o tombamento possibilita a permanência corpórea, a salvaguarda, de modo contraditório, não busca eternizar para proteger, mas sim, registrar para manter viva. Portanto, faz parte das políticas de patrimônio imaterial a revalidação, o que exige que a cada dez anos sejam reavaliados os bens registrados para que as políticas públicas consigam mapear as mudanças e permanências ao considerar a possibilidade de esquecimento e abandono pelos detentores do saber (SANT’ANNA, 2009: 55).

Segundo as análises do vice-diretor da divisão de Patrimônio Cultural da UNESCO, Laurent Lévi-Strauss, a revalidação é uma postura consciente do IPHAN que considera a categoria imaterial como fruto das relações estabelecidas na dinâmica e fluidez social. A partir desta perspectiva, o estudioso expõe: “Pois, de fato, mais ainda do que qualquer outro, o patrimônio imaterial nasce, vive e morre. Intimamente associado à vida cotidiana das pessoas, não se poderia congelá-lo e nem perenizá-lo por decreto” (LÉVI-STRAUSS, 2006: 81). Se ao final desse prazo o patrimônio registrado apresentar mudanças significativas a ponto de descaracterizar o primeiro inventário realizado, o bem em questão perde o título de patrimônio cultural, mas mantém o registro como referência histórica de seu tempo.

O caso do registro do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* denota que a medida institucional trouxe impactos positivos no modo como os fabricantes e a comunidade de entorno passaram a perceber o ofício da fabricação das painéis de barro, o que resultou na ressignificação e permanência da prática e não no seu abandono. O registro possibilitou a elevação da autoestima dos mestres e contagiou outras pessoas que antes não se interessavam

pelo trabalho e passaram a perceber as vantagens de ser um artesão de panelas de barro pretas. Alguns fabricantes relatam que principalmente os mais jovens, mesmo conhecendo o processo de fabricação dos utensílios, estavam preferindo trabalhar em outros locais e com outros tipos de serviço que a cidade de Vitória oferecia. Isso mudou e atualmente essas pessoas voltaram a fazer panelas.

Em suma, no caso específico de Goiabeiras, pode-se fazer a leitura de que a valorização institucional resultou na ressignificação e revalorização da prática cultural, principalmente entre os mestres de ofícios. E isso não quer dizer que os impasses e conflitos foram apagados e muito menos que as ações institucionais são as únicas “salvadoras” dos processos culturais. Porém, o exemplo citado, sublinha os impactos que as políticas de patrimônio causam sobre práticas culturais que não tinham nenhum tipo de visibilidade e que passaram a ter perante a sociedade. Sobre o tema, o antropólogo Antonio Arantes expõe:

Um bom exemplo disso são as próprias políticas de patrimônio – nacionais e internacionais. Emanando de centros de decisão que transcendem o plano local, as medidas de acautelamento necessariamente repercutem (ou causam impactos) sobre os sentidos/sentimentos localizados reforçando-os, redefinindo-os, legitimando-os, revalorizando-os ou, negativamente, silenciando-os (2001:134).

A valorização cultural incutida pela política estabelecida para o reconhecimento do patrimônio imaterial brasileiro impactou na esfera econômica local, o que resultou no aumento das vendas de panelas e do número de fabricantes. “A produção média é de 14 panelas/dia (panela com tampa) por paneleira; no universo pesquisado, a média de panelas produzidas por semana pelas 49 paneleiras entrevistadas é de 3.400” (INRC, 2001: 11). Em vista disso, pode-se concordar com a assertiva de que o patrimônio imaterial é algo vivo, ilustrado pelo processo de renovação e continuidade da transmissão do conhecimento sobre o ofício de fazer panelas de barro pretas. A prática cultural de Goiabeiras não foi abandonada, mas reinventada pelos artesãos.

Resta observar, com isso, que a valorização dos patrimônios imateriais assumida pelo IPHAN foi capaz de modificar a percepção dos próprios artesãos considerados nesse estudo de caso. Nesse sentido, fabricar panelas de barro em Goiabeiras passou de uma tarefa “desqualificada”, praticada por pessoas que não tinham conseguido uma inserção no mercado de trabalho, para algo reconhecido pelas políticas públicas, assim como pelos demais moradores da cidade de Vitória e pelos turistas que, grosso modo, são consumidores desse patrimônio. Em vista disso, os saberes exercidos pelos mestres capixabas permitem uma análise das expressões

populares, não como uma prática inferior, mas como parte de uma sociedade rica e diversificada em sua produção cultural.

Apontar um resultado positivo da política de patrimônio imaterial não significa realizar uma análise maniqueísta que a considera uma ação institucional mais digna do que aquela praticada durante a *Fase Heroica*. Como colocado no corpo do trabalho, a trajetória institucional do IPHAN foi analisada a partir de uma perspectiva histórica, passível de mudanças. Sendo assim, nos oitenta anos de sua existência, a atuação do órgão, que é composto, em sua maioria, por professores das principais Universidades do país, acompanhou as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais o Brasil passou nos últimos decênios, o que permite perceber a historicidade do conceito de patrimônio e das práticas preservacionistas.

Entretanto, a gênese da concepção de imaterialidade não aconteceu apenas no âmbito institucional. Por isso, a pesquisa buscou compreender os empreendimentos que ocorreram fora do campo de ação do IPHAN e que foram basilares no processo de concepção do patrimônio cultural imaterial, a saber, as pesquisas realizadas pela *Comissão Nacional do Folclore* na década de 1950 e os projetos desenvolvidos pelo *Centro Nacional de Referência Cultural* (CNRC), assim como o conceito de referência cultural elaborado por Aloísio Magalhães, entre as décadas de 1970 e 1980, e adotado, posteriormente, por Antônio Arantes no emprego da metodologia do INRC nos anos 2000. Cabe com isso mapear o modo como foi sendo construído a ideia de patrimônio imaterial consolidada atualmente.

No decorrer da pesquisa, observou-se a importância de alguns eventos ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, que foram fundamentais para as mudanças referentes ao conceito de patrimônio. É o caso, por exemplo, da Constituição promulgada em 1988, após vinte anos de ditadura militar, que tratou de categorizar o patrimônio nacional nas distintas categorias, material e a imaterial. A partir de então, uma série de ações foi realizada para atender a demanda constitucional: em 1997, ocorreu o *Seminário Internacional de Fortaleza* e, como fruto desse evento, foi elaborada a *Carta Fortaleza*, analisada como um documento institucional, mas que se caracterizava por um forte apelo popular, primordialmente dos movimentos sociais, que requeriam um posicionamento do IPHAN sobre as novas demandas culturais e patrimoniais. Desenharam-se, assim, as primeiras ações institucionais que resultaram, em 2000, no Decreto nº3551, que instituiu o registro dos bens imateriais.

Em suma, compreendeu-se que o patrimônio imaterial congrega parte da história da diversidade cultural brasileira a qual muitas pessoas são responsáveis por contar essas histórias através dos saberes, fazeres, celebrações, lugares e outras expressões que existem para além das categorias. As painéis de Goiabeiras, neste viés, empregam as técnicas *sem forno, nem torno*

para fabricarem panelas de barro, um tipo de saber especializado e que faz essas pessoas detentoras de algo único e muito importante para a nossa história.

FONTES:

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Texto promulgado em 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 02 ago.2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 02 ago.2015.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 3.551/2000**. Brasília, 04 de agosto de 2000. Governo Federal. In: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 01. Ago. 2015.

Carta da Conselheira e Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura, 1998.

CARTA DE FORTALEZA. Fortaleza, 14 de novembro de 1997. In: **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>>. Acesso em 02 ago.2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Inventário Panelleiras de Goiabeiras**, Vitória (ES) 2000.

Ofício 6 SUBR/ 6 SR/ IPHAN/ Nº 020/99

Ofício nº 0001/2001- CES/ SECES

Ofício nº 293/ - CES/ SECES

Ofício nº 78/99 – IHGBES

SEMC/ GAB Ofício nº 953/99

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p.30-45.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936- 1945)**. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Pró-Memória, 1981.

ARANTES, Antonio Augusto. Introdução. In: ANDRADE & ARANTES. Consultoria e Projetos culturais. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Volume I (Metodologia). Campinas: 2000. Disponível em: <
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

_____. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. **RESGATE-Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 1, n. 13, 2004. p. 11-18. Disponível em: <
<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/175/176>>. Acesso em: 19 set. 2014.

_____. Patrimônio imaterial e referências culturais. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out/dez 2001.p. 129-141.

_____. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: **Ensaio de antropologia pública**. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico, 2009. p.173-221.

_____. **Patrimônio e produção cultural**. Paris, 2005. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=382> >. Acesso em 15 de julho de 2012. p.1-6.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003. p.1-177. Disponível em: <
http://www4.unirio.br/museologia/textos/protecao_patrimonio_na_unesco.pdf>. Acesso em 22 set. 2014.

CARNEIRO, Edison. **A sabedoria popular**. São Paulo: Martins Fontes, 1957.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 2, 2010. p. 07-16. Disponível em: <
<http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-0201/index.php/memoriaemrede/issue/view/9/showToc>>. Acesso em 06 dez.2015.

CAVALCANTI, Maria Laura. Cultura e saber do povo: Uma perspectiva antropológica. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out/dez 2001. p. 69-79.

CERTEAU, Michel DE. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLI, Jorge. Materialidade e Imaterialidade. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34, 2012, p. 69-79. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>. Acesso 06 dez.2015.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em questão**, v. 13, n. 2, 2007. p. 207-224. Disponível em: <
<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2033>>. Acesso em 06 dez.2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo. Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CORSINO, Célia Maria. Apresentação. In: ANDRADE & ARANTES. Consultoria e Projetos culturais. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Volume I (Metodologia). Campinas: 2000.p.7-9. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

DE SIMÃO, Lucieni Menezes. Os mediadores do patrimônio imaterial. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 1, 2003. p. 59-70. Disponível em:< <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/705/723>>. Acesso 06 dez.2015.

DE SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O patrimônio como processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial. **Em questão**, v. 17, n. 2, 2011.p. 237-251. Disponível em< <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/17609/14306>>. Acesso 06 dez.2015.

DIAS, Carla. **Panela de barro preta: a tradição das paneleiras de Goiabeiras, Vitória - ES**. Rio de Janeiro: Mauad X: Facited, 2006.

FALCÃO. Joaquim. Patrimônio imaterial: Um sistema sustentável de proteção. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out/dez 2001.p.163-181.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Introdução. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out/dez 2001.p.5-11.

_____. **O patrimônio em processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil**. 3ªed. Rio de Janeiro: UFRJ /MinC /IPHAN, 2009.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas do patrimônio. In: ANDRADE & ARANTES. Consultoria e Projetos culturais. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Volume I (Metodologia). Campinas: 2000. p.11-23. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 56-76.

FREIRE, Beatriz. O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 3, 2012. p. 11-20. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1047/938>>. Acesso 06 dez.2015.

FUNARI, Pedro Paulo. CARVALHO, Aline Vieira. Patrimônio cultural, diversidade e comunidades. Campinas: **Primeira Versão**, 2011. p. 17-38.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Zahar, 2006.

_____. **O Que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GIL, Gilberto. Apresentação. In: **Patrimônio Imaterial: O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: MinC, 4ªed. 2006. p.7. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. p.212-230. Disponível em: < http://naua.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, 2005. p. 15-36. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext>. Acesso 06 dez.2015.

HECK, Carlos. In: REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mário de Andrade**. RJ: MinC/ IPHAN, no. 30, 2002. Disponível em: < <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=10724&pesq=>>. Acesso 06 dez.2015.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. Introdução. In: _____. **A invenção das tradições**. Trad. Celine Cavalcante. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 9-23.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, João de Souza. **A herança do olhar: o design de Aloísio Magalhães**. Rio de Janeiro: Artviva, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Laurent; **Patrimônio Imaterial: O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: MinC, 4ª ed. 2006. p.77-83. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

LODY, Raul. (2008). In: **A sabedoria popular**. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro / Brasília: Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF : Iphan, 2012. p. 25-41. Disponível em:<

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

NICOLE, Braz Campos et al. ETNOGRAFIA - As panelas de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro: Ensaio etnográfico sobre a cultura do barro. **Simbiótica**, v. 1, n. 01, 2012. p.16-52. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4524>>. Acesso 06 dez.2015.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, v. 7, n. 14, 2014. p. 45-67. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875005>>. Acesso 06 dez.2015.

OLIVEIRA, Ana Gita. A experiência do inventário nacional de referências culturais na cidade de Goiás. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out/dez 2001.p.29-45.

PELEGRINI, Sandra Cássia Araújo. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. In: **Revista História**. São Paulo: nº 27, volume 2, 2008. p. 145-173. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a08v27n2.pdf>>. Acesso 06 dez.2015.

_____. Sandra Cássia Araújo. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, 2006. p. 1-24. Disponível em: < <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37>>. Acesso 06 dez.2015.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RUBINO, Silvana. A memória de Mário. In: REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mário de Andrade**. RJ: MinC/ IPHAN, no. 30, 2002. p. 138-156. Disponível em: < <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=10724&pesq=>>. Acesso 06 dez.2015.

_____. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SANT'ANNA, Márcia. Avanços da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: **O registro do patrimônio imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: MinC, 4ª ed. 2006. p.9-13. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso 06 dez.2015.

_____. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. A desmaterialização do Patrimônio. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out/dez 2001.p.11-23.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2008.

TAMASO Izabela. A expansão do Patrimônio: Novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...**Série Antropologia**. 390 Brasília, 2005. p.13-36. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1008>>. Acesso 06 dez.2015.

TOJI. Simone. Patrimônio Imaterial: Marcos, referências, políticas e alguns dilemas. **Patrimônio e Memória**. UNESP-FCLAs-CEDAP, v.5, n.2, 2009. p. 3-18. Disponível em: < <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/60/526>>. Acesso 06 dez.2015.

UNESCO Recomendação de Paris – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003. Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 08 de set. 2014.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. – Porto Alegre: Ed. Medianiz, 2012.

VIANNA, Leticia C.R. Dinâmica e preservação das culturas populares: experiências de políticas no Brasil. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out/dez 2001. p. 93-101.

WEFFORT, Francisco. REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mário de Andrade**. RJ: MinC/ IPHAN, no. 30, 2002. p. 5. Disponível em: < <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=10724&pesq=>>. Acesso 06 dez.2015.

